

Aprendendo a estudar



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

A entrada no ensino superior é um desafio que exige adaptação dos estudantes, normalmente acostumados à dinâmica do ensino médio. É preciso estudar de maneira independente, como conta Cilas Machado (foto). Da

mesma forma que outros estudantes, ele teve de desenvolver estratégias de aprendizado que vão desde as mais usuais – resumir e sublinhar, por exemplo – até algumas mais criativas. Essa mudança, ainda, aponta para outros fatores

dificultadores, como a transição para a vida adulta, a necessidade de conciliar trabalho e estudo e os longos trajetos para se deslocar até a Universidade.

CadernoJU

Escrita cuneiforme

Idioma da Antiguidade na sala de aula

A disciplina Introdução à Língua Acádica, oferecida pelo curso de História da Arte da UFRGS, ensina a estudantes de graduação noções do idioma dos sumérios, povo que habitava a região da Mesopotâmia – onde atualmente ficam o sul do Iraque e o Kuwait. A proposta é despertar o interesse pela língua conhecida por ser aquela do Código de Hamurabi, que chegou a ser dominante na Idade Antiga e que foi o fundamento da civilização que a criou, inclusive por ser pioneira no desenvolvimento de um sistema de registro em tabletes de argila, conhecido como escrita cuneiforme. **P6**

Financiamento

Capes propõe fundo a fim de angariar recursos para a pesquisa científica

P10

Riqueza

Concentração de capital causa elitização da política, além de problemas sociais **P4**

Corrupção

Mudanças na política e na esfera estatal aumentariam a confiança da população **P5**

Mulheres



FLAVIO DURRA/JU/ARQUIVO 08/03/2017

Eles por elas – Para assinalar o 8 de março, a Universidade assina protocolo com movimento que promove o apoio masculino contra atitudes e comportamentos machistas **P3**

Economia – Disciplina eletiva oferece abordagens críticas ao pensamento econômico dominante e propõe análises que dão visibilidade às desigualdades de gênero **P7**

Feminismo – Em entrevista, a historiadora Natalia Pietra Méndez analisa os rumos do movimento pela igualdade e as formas de combate à violência de gênero **P9**

Arte – Mirele de Oliveira Pacheco lança olhar sobre manequins femininos em vitrines numa investigação visual que reflete sobre o corpo e o lugar da mulher **P16**



Espaço da Reitoria

Jane Tutikian, vice-reitora
Rui Oppermann, reitor

Tempo de desafios

Março é um mês de grandes alegrias para a UFRGS. Ao iniciar o semestre letivo na graduação e na pós-graduação, recebemos nossos alunos e também damos boas-vindas aos calouros. Mas março assinala, ainda, o início de um período de grandes desafios para todos nós!

A Universidade é uma instituição singular no cenário nacional, tal como expressa o artigo 2.º do nosso Estatuto: “A UFRGS, como Universidade Pública, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas”. Pois este é o momento de refletirmos seriamente sobre esse artigo, que se constitui um verdadeiro manifesto pela autonomia universitária, e de fazermos uma conexão entre o seu significado e o atual contexto no país.

A UFRGS tem construído seus espaços baseada nos ideais de liberdade e de respeito à diferença e na solidariedade. Neste ano, ampliamos nosso escopo de inclusão, com o ingresso de pessoas com deficiência por meio das Políticas de Ações

Afirmativas, aprovadas e presentes em nossa instituição desde 2007. Reafirmamos, portanto, nosso papel como instância de consciência crítica ao abrir espaços para o debate sobre formas de vida, organizações sociais, econômicas e políticas, sobretudo neste momento em que as esperanças da sociedade se colocam nas eleições federais e estaduais, como uma via de superação da grande crise institucional que assola o Brasil. O aviltamento ao caráter público das universidades, com argumentos enviesados pela vontade privatista de ataque ao patrimônio público, é constante e deixa transparecer uma estratégia organizada. Redução e congelamento de recursos orçamentários e de pessoal, ataques à autonomia acadêmica, coação de agentes públicos e questionamentos sobre supostos altos custos do ensino em seu conjunto evidenciam uma posição de afronta às universidades federais.

Pelo sexto ano consecutivo, estamos em primeiro lugar entre as Universidades Federais, de acordo com o Índice Geral de Cursos organizado pelo Ministério da Educação. Isso significa que completamos dois ciclos avaliativos no topo do ranking brasileiro. Durante esse tempo, finalizamos a inclusão pelas cotas sociais e étnicas, concluímos a expansão de cursos e

vagas, aumentamos significativamente a oferta de programas de pós-graduação e ampliamos o número de cursos de excelência. A qualidade e o comprometimento de nossos docentes, técnicos-administrativos e estudantes são a principal razão de conseguirmos nos manter em posição privilegiada em nível nacional e a motivação maior para enfrentarmos, juntos, os desafios internos que serão ainda maiores em 2018. É importante que todos saibam que estamos empenhados em garantir as condições de manutenção, de acordo com as nossas necessidades.

Alinhada às outras IFES, a UFRGS luta contra a escassez de recursos, em defesa de seu caráter público e gratuito, pela ampliação dos investimentos no Ensino Público Superior como a única estratégia para, efetivamente, democratizar o acesso, garantir a qualidade e, dessa forma, contribuir para um desenvolvimento sustentável e solidário.

Março é o mês no qual as convicções se fazem esperança, e a esperança, vontade de lutar por um ano melhor, pois este é o período em que a experiência única de viver plenamente a Universidade começa para todos.

Sejam bem-vindos!



Tema: Corrida científica e tecnológica mundial e a posição relativa do Brasil: desafios e urgências

Conferencista: Clelio Campolina Diniz (UFMG)

AULA MAGNA 2018

19 de março | às 10h | Salão de Atos

Carta aos leitores

Com a intenção de dar boas-vindas àqueles que chegam à Universidade pela primeira vez – os calouros –, o Caderno JU deste mês traz um conjunto de relatos sobre esse processo de transição. Das conversas com estudantes de graduação de perfis diversos emergem as diferentes estratégias que eles encontram para encarar o desafio que o ensino superior representa: o desenvolvimento da autonomia. Para além do estudo individual, questões como a chegada à vida adulta e dificuldades cotidianas – conciliar estudo e trabalho, longos trajetos de deslocamento – são elementos que interferem nessas adaptações à vida universitária. A reportagem não é, então, uma receita apresentada aos novatos; é antes uma reflexão sobre possíveis caminhos.

Março é um mês de uma importante retomada cíclica anual: o Dia Internacional da Mulher traz à luz a desigualdade de gênero e nos provoca a refletir. Por isso, o JU se junta a uma série de ações promovidas pela Universidade e reúne nesta edição um conjunto de textos que, com vieses, formatos e objetivos diferentes, pretendem fazer ecoar essa questão: uma matéria sobre a assinatura do protocolo da UFRGS com o projeto HeForShe aponta para a possibilidade de

ampliação da reivindicação por igualdade de gênero; uma reportagem sobre uma disciplina de economia feminista ressalta o quanto o domínio masculino está naturalizado; uma entrevista com Natalia Pietra Méndez traz uma perspectiva histórica sobre o assunto; e o ensaio da artista visual Mirele de Oliveira Pacheco provoca o olhar sobre o corpo e a imagem feminina.

A atualidade, no entanto, não nos permite esquecer de temas que nos tocam diariamente e que pautam as discussões sobre o Brasil: um artigo sobre corrupção e outro sobre a distribuição da riqueza no país aprofundam e qualificam um debate necessário sobre elementos que compõem o intrincado sistema de problemas que gera a conjuntura nacional que ora nos assombra. Na polarização política vigente no país, o combate à corrupção no meio político e no serviço público – bandeira esta levantada por uma das partes como crítica à outra – em muitos casos mascara uma circulação ilícita de riqueza e uma configuração social extremamente injusta a tal ponto que o senso comum chega a defender teses que colocam a si mesmo em xeque. Esperamos, com esta contribuição, problematizar ainda mais a questão.

Os cortes nos investimentos em pesquisa científica e na educação também continuam nos colocando em alerta: exigem-nos um constante pensar e repensar sobre esses assuntos. Em entrevista, Clélio Campolina Diniz – que profere a aula magna deste semestre na Universidade – defende uma relação direta da área de atuação das instituições de ensino e pesquisa com uma conjuntura econômica mais ampla. Como desdobramento desse assunto, a proposta de criação de um fundo de financiamento para a pesquisa pela Capes.

Compõem a edição, ainda, matérias sobre pautas que também despertam interesse por outras razões: uma reportagem apresenta uma disciplina oferecida no Instituto de Artes que ensina fundamentos da língua acadêmica, usada na Antiguidade; outro texto trata de uma oficina de litografia que, também no IA, mantém viva uma forma de gravura artística com matrizes de pedra que exige apuro técnico; e o perfil especial apresenta o médico e professor aposentado Carlos Oswaldo Degrazia, que conta sobre a sua carreira e a sua dedicação à literatura e à fotografia.

Boa leitura e bom início de ano letivo!



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberon de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editor chefe Everton Cardoso
Editora Assistente Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Felipe Drenkmann Hackner
Repórter fotográfico Flávio Dutra
Revisão Antônio Palm Falchetta
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Camila Souza, Paula Barcellos, Ricardo Santos e Vanessa Petuco
Estagiários Natássia Ferreira e Samara Onofre
Circulação Cristiane Lipp Heidrich
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 mil exemplares
O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

jornaldufrgs



Um dia por todos os outros

Dia Internacional da Mulher UFRGS se une ao movimento ElesPorElas, assina protocolo de intenções e realiza atividades diversas

“Quando decidi concorrer ao cargo de vice-reitora, me deparei com a frase ‘mulher só serve para vice?’, inscrita na parede de uma sala de aula. Fiquei me perguntando: Como assim? Serve para vice, serve para reitora, serve para o que quiser! Respeitadas as diferenças, ela é um ser absolutamente inteligente e sensível.” Assim, a professora Jane Tutikian resume o contexto das celebrações do Dia Internacional da Mulher: não mais como efeméride, mas como data-símbolo de uma luta contínua que vem se desenvolvendo ao longo da história. Por conta disso, o mote *Um dia por todos os outros*, adotado em 2017 pela UFRGS para marcar o 8 de março, se atualiza nas comemorações deste ano com a assinatura de um protocolo de intenções entre a Universidade e o movimento internacional ElesPorElas (HeForShe). O ato, previsto para iniciar às 11h no pátio do Câmpus Centro, ao lado da Rádio da Universidade, será seguido por uma programação especial organizada pela Secretaria de Comunicação Social da UFRGS. Acontecem, na ocasião, apresentação musical do Coletivo das Gurias e debate com as professoras Fernanda Staniquaski (Genética) e Isabel Nogueira (Artes Visuais), com transmissão ao vivo pela UFRGS TV (<https://aovivo.ufrgs.br/ufrgstv/>).

Engajamento masculino – Criada em 2014 pela ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento feminino, a iniciativa propõe um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem a construção de um novo mundo. O objetivo central, conforme o site da instituição (onumulheres.org.br/esporelas), é engajar a sociedade para o estabelecimento de relações livres de atitudes e comportamentos machistas. De acordo com a coordenadora do movimento na UFRGS, a professora do Departamento de Astronomia Daniela Pavani, para atingir essa meta, é necessário que questões como os direitos, o alcance da igualdade de gênero, o fim da violência, o acesso aos espaços políticos, econômicos e aos cargos de liderança ou a conquista do bem-estar com relação à saúde e à educação devem deixar de figurar como demandas femininas. É preciso que se tornem objetivos coletivos que viabilizem a construção de uma sociedade



Marcha Mundial das Mulheres, que aconteceu no RS, trazia reivindicações de trabalhadoras do campo e da cidade

capaz de garantir oportunidade a todas e todos. “Uma sociedade inclusiva, democrática, que traga benefícios no âmbito social, político e econômico”, frisa a docente, que também dirige o Planetário da Universidade.

Daniela ressalta que a Universidade, entendendo seu papel como entidade promotora de reflexões e de mudanças junto às comunidades interna e externa, se incorporou à iniciativa desde a sua fundação. “A participação da UFRGS no Comitê Gaúcho ElesPorElas implica o comprometimento institucional de promover reflexões e mudanças que reverberem nas políticas de ensino, pesquisa, extensão

“Não queremos ser iguais, queremos ser o que nós somos e respeitadas dessa maneira”

Jane Tutikian

e inovação da Universidade, bem como na sua gestão. Nos comprometemos a buscar que os objetivos do Comitê sejam, em primeiro lugar, alcançados internamente. Ao fazê-lo, tal movimento já impacta socialmente se pensarmos no tamanho de nossa comunidade interna e na capacidade de reverberação nas famílias e no alcance das redes sociais de cada um”, explica. Segundo ela, há anos o tema já vem pautando pesquisas, ações de

extensão e de ensino, resultando em estudos acadêmicos e interações com a sociedade que procuram repercutir, por exemplo, na criação de sistemas de proteção à mulher, na proposição de mudanças das políticas do CNPq para avaliação da produtividade de pesquisadoras e de concessão da licença-maternidade, no incentivo a que meninas e mulheres busquem carreiras nas áreas de ciência e tecnologia, assim como nos estudos sobre a presença das mulheres nesses setores.

Desigualdades – Embora a organização da sociedade ainda esteja majoritariamente na mão do homem, Jane Tutikian observa que isso vem mudando aos poucos e que, de um modo geral, a mulher conquista cada vez mais espaço. “O jogo, porém, não é tão tranquilo. No Brasil, em termos de remuneração pelo trabalho, por exemplo, a mulher ganha 26% a menos que o homem, desempenhando a mesma função. É uma diferença muito grande. E, quando ela é agredida socialmente, sempre se dá um jeito de distorcer de tal maneira que a mulher passe de vítima à culpada. A verdade é que em nosso país, a cada sete minutos, uma mulher é espancada, estupro ou assassinada. Ainda há um longo caminho pela frente, mas acho que já fizemos uma boa caminhada, e isso representa muito para as gerações do futuro”, observa.

A vice-reitora acrescenta que a ideia fundamental no discurso feminista de hoje é “não queremos ser iguais, queremos ser o que nós somos e respeitadas

dessa maneira”. A noção de igualdade entre gêneros – surgida na década de 1950, quando os homens que retornaram da Segunda Guerra Mundial reassumiram os postos de trabalho, ocupados pelas mulheres durante os anos do conflito – estabeleceu uma disputa que prossegue até a atualidade e que tem, por vezes, impedido a ascensão da mulher na sociedade patriarcal. Nos anos 1970, durante a segunda onda do feminismo, algumas coisas começaram a mudar e o avanço da mulher na sociedade implicou uma maior exposição de suas causas. Na atualidade, Jane entende que vivemos uma terceira onda, na qual “as meninas, as estudantes e as mulheres que trabalham estão muito ligadas. Essa percepção faz toda diferença, porque o discurso da mulher se uniu aos discursos do movimento negro, daqueles particularmente vulneráveis, dos homossexuais, e essa integração dá uma força muito grande ao movimento feminista”.

Para ela, a função primordial do movimento ElesPorElas é mudar a cabeça dos homens em relação às condições das mulheres na sociedade. “Fiz uma pesquisa sobre o que a gente tem dentro da UFRGS com relação às questões de gênero e fiquei absolutamente surpreendida porque é um universo. Percebi o quanto conseguimos efetivamente tratar de questões que vão além do próprio conhecimento e por isso aposto muito na UFRGS para a transformação da sociedade. Nossa proposta é de que em 8 de março trabalheemos com esse assunto como um todo”, conclui.



CONHECENDO A UFRGS

Núcleo de Águas Urbanas

O Núcleo de Águas Urbanas está ligado ao IPH (Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS) e consiste em um laboratório de pesquisa que realiza estudos experimentais e numéricos, prestando serviços tanto para os municípios do estado quanto para os não pertencentes a ele. André Luiz Lopes da Silveira, professor do núcleo, destaca a importância do grupo de pesquisa: “Hoje a ideia de sustentabilidade é o que permeia nosso pensamento, ou seja, um arroio urbano com saúde, despoluído e controlado é o nosso objetivo, não propiciando que ele se transforme em um agente que provoque inundações na cidade”.

Os estudos são realizados com o auxílio de ferramentas computacionais – algumas desenvolvidas dentro do IPH e outras encontradas de forma gratuita na internet. Entre os dispositivos desenvolvidos pelo núcleo, destaca-se o MGB-IPH (Modelo de Grandes Bacias), que produz modelos de bacias – como a Bacia do Guaíba –, acoplados a outros fatores, como o clima.

Segundo Benício Emanuel Omenamonte, doutorando em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, a mistura de estudantes de diferentes níveis de ensino existente no núcleo “é uma química interessante, porque às vezes os alunos de graduação entram com um conhecimento não completo, e a gente tem essa capacidade de fazer com que eles trabalhem em pesquisas e ganhem o conhecimento através dos projetos”. Além disso, ao aplicarem na prática seus estudos, os alunos adquirem experiência e, com a extensão, unem academia e sociedade.

Filipe Pimentel,
estudante do 2.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

Para saber mais sobre o Núcleo de Águas Urbanas, assista ao programa **Conhecendo a UFRGS** que vai ao ar no dia 20 de março, às 23h, com reprises no dia 22 de março, às 18h, e no dia 24 de março, às 13h, na UNITV, Canal 15 da NET POA – e que também pode ser acompanhado ao vivo pela internet pelo site www.unitv.tv.br



Desmistificando a riqueza



LEONARDO SAMARIS/DIVULGAÇÃO

Antonio David Cattani*

A concentração desmedida de renda vem aumentando de forma ininterrupta no mundo todo desde meados dos anos 1980. Como resultado da política econômica adotada a partir de 2016, o Brasil terá o dobro de milionários nos próximos cinco anos. Uma vez que é impossível o aumento da atividade econômica na mesma proporção, nos próximos anos continuará o processo de transferência de renda dos setores médios e dos mais pobres para as classes abastadas. Em 2013, publiquei a obra *A riqueza desmistificada*, em que apresentou evidências do fenômeno em escala internacional, destacando também as peculiaridades brasileiras: um país riquíssimo, moderno e dinâmico batendo recordes de desigualdades socioeconômicas. Pouco tempo depois, em seu livro *O capital no século XXI*, Thomas Piketty, com muito mais recursos técnicos e estatísticos, apresentou provas irrefutáveis do processo em curso: a taxa de rendimento dos grandes capitais (e, conseqüentemente, das grandes fortunas) vem crescendo mais do que a taxa de crescimento da economia.

De lá para cá, a concentração desmedida da riqueza continuou em ritmo acelerado. Em termos bem simples: poucos estão ganhando muito em detrimento da maioria. Quando tratado na esfera acadêmica, esse tema tem um alcance político limitado. Quando traduzido em linguagem acessível, atinge um público que ignora as causas e conseqüências das injustiças e da ineficiência econômica. Isso nos levou a publicar uma versão sintética e mais acessível dos meus trabalhos, dando destaque aos principais fatos relativos ao Brasil: *Ricos, poderes de ricos*. Esse trabalho destaca alguns pon-

tos desconhecidos da realidade brasileira: a população que recebe até dois salários mínimos paga mais de 50% dos seus ganhos em impostos, enquanto o 1% mais rico paga muitíssimo menos, na ordem de 2 a 3%. As grandes corporações se valem de múltiplas estratégias para escapar do fisco, enquanto pequenas e médias empresas são oneradas com pesados impostos.

Os ricos não teriam tanto poder e não permaneceriam impunes se as pessoas soubessem como eles acumularam suas fortunas. As reações de muitos leitores da primeira edição de *Ricos, poderes de ricos* confirmam a veracidade dessa afirmação. Alguns denotam incredulidade; outros, espanto; e muitos, indignação: “É exagero, não pode ser tanto assim...”; “Não é possível, é muita diferença...”; e “Estou bancando o trouxa, sou assalariado (ou sou pequeno empresário), pago muito imposto, e os ricos não pagam quase nada!”. A primeira edição esgotou em tempo recorde, motivando uma nova edição, revista e ampliada, no início de 2018.

Outras reações dos leitores dizem respeito ao desânimo em face da crua realidade exposta. A ilustração da capa do livro, obra de Edgar Vasques, sintetiza elementos do quadro socioeconômico atual. No topo, ocultos, os poderosos venerados pela grande mídia e protegidos pelo aparato judicial e pela polícia. No segundo nível, latifundiários, políticos venais abastecidos com malas de dinheiro, banqueiros e rentistas desfrutando a vida de maneira despreocupada. No terceiro nível, pequenos empresários se esforçando para ascender, profissionais liberais e categorias diversas nas suas labutas. Na base, sustentando os demais, todas as categorias de trabalhadores na luta desesperada pela sobrevivência.

Sem eles, a pirâmide não ficaria de pé; sem eles, os outros não poderiam ter os recursos e o conforto que têm. A base não consegue enxergar o topo. Os batalhadores desconhecem sua importância e acreditam que “trabalham como podem e ganham o que merecem...”.

Nas últimas três décadas, o crescimento econômico vem beneficiando um número proporcionalmente cada vez menor de indivíduos. Para garantir poder e legitimidade, as classes abastadas conseguiram orientar a lógica dos investimentos em seu benefício, intensificando, ao mesmo tempo, a dominação ideológica. A concentração desmedida da riqueza tem duas graves implicações. A primeira remete à esfera econômica. Grandes corporações não são, necessariamente, mais eficientes. Pelo contrário, quanto maior a escala dos negócios, maiores os efeitos de poder, levando a monopólios, privilégios indevidos e, sobretudo, proporcionando capacidade ilimitada de sonegação. A segunda envolve a manipulação ideológica contrária ao bem comum. A mistificação e a mitificação da riqueza imerecida cresceram no mesmo ritmo da acumulação das fortunas. Princípios tais como livre concorrência, mercado autorregulado, empreendedorismo e meritocracia deixaram de ser possibilidades que beneficiariam os mais esforçados e honestos, transformando-se em engodos ideológicos, mobilizando incautos e desinformados. O estímulo ao individualismo despolitizado, o combate aos valores democráticos, a demonização dos movimentos sociais progressistas promovem a intolerância e a violência fratricida. Frustrações e ressentimento abrem caminho para soluções autoritárias e antidemocráticas. Quanto mais

desinformados forem os indivíduos, mais devastadora a dominação dos poderosos, que permanecem impunes e perpetuam as injustiças.

Quem quer mudar o presente precisa entendê-lo de forma a conjugar entendimento e ação política. Depois de décadas preocupados em entender o “polo pobreza”, muitos pesquisadores passaram a produzir e divulgar dados e análises sobre o “polo riqueza”, demonstrando que ambos não são autorreferentes e autoexplicativos. Para entender a realidade, é necessário compreender como ocorrem os processos de geração e transferência da renda socialmente produzida.

Atualmente, há um consenso nos diagnósticos a respeito das medidas necessárias. Em poucas palavras: a riqueza concentrada corrompe e perverte a política, deixando-a cada vez mais elitista e frágil. No campo econômico, sob domínio do setor financeiro e do rentismo, ela torna ineficiente a atividade produtiva, destruindo empregos e dificultando o verdadeiro espírito empreendedor.

Para evitar o desastre econômico, social e ambiental, torna-se necessário o combate ao rentismo e a suas práticas predatórias, o fim dos monopólios midiáticos e a cobrança de impostos conforme a capacidade contributiva. Os resultados serão imediatos: a violência e a intolerância diminuirão, promover-se-á a participação política em condições mais honestas. O argumento principal para a mobilização é muito simples: uma sociedade com menos desigualdades é melhor para todos.

* Professor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFRGS e do PPG em Sociologia/UFRGS

Os muitos caminhos para combater a corrupção

Marcus Rocha*

Mudar as regras de escolha dos membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo seria o melhor caminho para combater a corrupção? Os resultados empíricos indicam que não. Há evidências, contudo, de que outras reformas institucionais podem ser benéficas nesse contexto.

Nas últimas três décadas, o tema da corrupção tornou-se central para a comunidade internacional. A criação de índices de percepção de tal aspecto, por parte de organismos como o Banco Mundial e o Transparência Internacional, permitiu comparar países. Acadêmicos e lideranças políticas passaram a concordar no sentido de que esse não é um fenômeno restrito a países periféricos. Uma questão crucial, então, surge: quais políticas os países poderiam adotar para diminuir seus índices de percepção da corrupção?

Uma solução apresentada com frequência é a promoção de uma reforma política. Ou seja, a alteração do sistema eleitoral, envolvendo a forma de escolha do chefe do executivo (eleito pelo parlamento, no parlamentarismo; ou pelo voto popular, no presidencialismo) e as várias fórmulas de transformação de votos dos eleitores em cadeiras no parlamento. O Brasil adota o sistema proporcional com lista aberta. Outros países adotam proporcional com lista fechada, voto distrital ou até mesmo um modelo misto.

Seriam essas instituições a causa da existência de corrupção endêmica em alguns países e não em outros?

Ao analisarmos os achados da literatura científica, vemos que os estudos mais

recentes contrariam essa hipótese. Daniel Treisman, da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, replica diversos estudos e traz novos dados, mas não encontra resultados estatísticos significativos para nenhum dos diferentes sistemas. Ou seja, não há diferença entre a corrupção em países presidencialistas ou parlamentaristas, entre listas abertas, fechadas ou distritos uninominais. André Marengo, da UFRGS, corrobora esses dados e mostra que o ingresso de maior legislação sobre financiamento eleitoral não está relacionado à diminuição da percepção da corrupção. Nenhuma pesquisa discorda, contudo, que o fator central para explicar tal fenômeno seja a renda per capita.

Por outro lado, democracias liberais consolidadas há mais tempo, com maior participação de mulheres na política e com imprensa livre, estão associadas à menor percepção da corrupção. O que essas e outras pesquisas nos mostram são múltiplas e complexas causas institucionais, culturais e econômicas para esse grande problema.

É preciso que cidadãos e políticos saibam que não há solução única para essa questão. Remédios efetivos implicam abordagens desenhadas para cada caso, melhorias na governança e a consciência de que todo progresso, embora difícil, será não mais do que incremental.

Reformas visando à diminuição de atos corruptos não devem esperar resultados mágicos e precisam ser adequadas a cada contexto no qual são implementadas. Burocracia qualificada, construção de confiança – e não apenas medo de punições ocasionais – e, principalmente, estí-

mulo ao pluralismo econômico e político são princípios gerais que podem orientar as reformas em cada um desses contextos.

Burocracias qualificadas e independentes estão relacionadas a menor corrupção. Carreiras longas, seleção baseada no mérito, incentivos para a qualificação e lealdade dentro da própria carreira e a seus códigos internos são fatores que contribuem para burocracias imparciais. Garantias de independência, como mandatos fixos e estabilidade, ajudam a proteger contra a mera vontade do governante insatisfeito. O Brasil conta com processos qualificados e independentes em diversos setores. Reformas da máquina administrativa devem levar em consideração as evidências de que essa é uma característica organizacional importante e saudável.

Fazer com que autoridades sejam punidas por atos corruptos talvez seja a medida mais óbvia para qualquer um que seja convidado a opinar. Manter os agentes públicos responsáveis de forma constante é central. Porém, quando a corrupção é generalizada, punições pontuais não são suficientes. Se esse é o comportamento normal (por exemplo, todos fraudam licitações) e os custos de ser honesto (perder todos os contratos por não fazer parte do esquema) são maiores do que o possível custo da corrupção (quando as chances de punição são escassas), não há incentivo para ser honesto. É o que a literatura chama de corrupção como problema de ação coletiva. A sociedade deve perceber que o comportamento corrupto que beneficia alguns atinge a todos coletivamente. E, mais importante, deve construir uma confiança que se traduza na expectativa

de que a maioria irá cumprir as regras e o tratamento recebido por todos será imparcial.

Diversidade econômica e política são fundamentais para aquilo que Michael Johnston, da Colgate University, em Hamilton (EUA), chama de “democratização profunda”. A melhor maneira de controlar a corrupção é permitir que os próprios cidadãos organizados reprimam o exercício e o abuso do poder. Essa proposição é coerente com os achados de que a maior participação de mulheres na política está correlacionada à menor percepção da corrupção. Sistemas políticos inclusivos para permitir a participação feminina são sistemas nos quais diferentes grupos representam seus próprios interesses. O mesmo vale para as instituições econômicas inclusivas.

Em conjunto, essas ideias significam a defesa de instituições capazes e legítimas perante a população. Sem capacidade de governança na promoção de serviços e no controle das próprias atividades, é improvável que os cidadãos considerem as instituições legítimas representantes de suas vontades. A percepção de que o Estado serve a interesses particulares mina a confiança nas instituições e as expectativas de que os demais cumprirão as regras. Para quebrar esse círculo vicioso que o cientista político Bo Rothstein, da Universidade de Gotemburgo, chama de “armadilha social”, não há receita pronta.

*Doutorando no PPG em Políticas Públicas
Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre
Corrupção/UFRGS
Pesquisador Visitante American University



O Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha foi uma das obras feitas para a Copa do Mundo de 2014 e que suscitou suspeitas de corrupção



Uma tarefa complexa



A escrita cuneiforme serviu para notar línguas diferentes na Antiguidade, que usa tabletes de argila como suporte

História da Arte *Disciplina do curso de História proporciona estudo da língua acádica*

Samantha Klein

Linguistas e historiadores afirmam que existem milhares de línguas mortas que poderiam ampliar a reflexão e o conhecimento sobre os mais diversos povos que fundaram os pilares da civilização. Algumas dessas línguas despertam maior interesse por conta dos registros históricos que ainda estão por ser decifrados. É o caso das línguas semitas, que surgiram na antiga Mesopotâmia, no Oriente Médio. Entre as mais conhecidas e estudadas estão o sumério e o acádio.

Foi no sentido de estimular que mais estudantes procurem se interessar pela História Antiga que uma disciplina de Introdução à Língua Acádica passou a ser oferecida no curso de História da Arte da UFRGS. A primeira turma completou os estudos no final do ano passado, e a próxima será aberta no segundo semestre deste ano. A professora Karla Pozzer destaca que não imaginava tamanho interesse que o ensino de uma língua morta poderia aflorar em alunos de diferentes cursos da Universidade. Ela acredita que, além do caráter “inusitado”, a paixão pela história mobiliza os estudantes.

Se os sumérios desenvolveram a escrita cuneiforme, o povo acádio transformou a língua acadiana no “inglês” da época, sendo utilizada em todo o Oriente Médio na Antiguidade. Estima-se que exista um milhão e meio de documentos referentes às mais diversas áreas do conhecimento

espalhados em museus do mundo inteiro.

Obstáculos – O ensino do acádio é uma tarefa complexa, já que os assiriologistas – termo que designa os estudiosos da Assiriologia, que é o estudo arqueológico, histórico e linguístico da antiga Mesopotâmia e das culturas relacionadas a esse território – sofrem com a falta de materiais didáticos traduzidos para o português. Nesse sentido, a professora Kátia elaborou uma espécie de gramática com base em materiais em inglês e francês. “Foi um esforço intelectual de um ano aproximadamente. O resultado vale a pena porque os alunos poderão ter uma base do funcionamento da língua”, ressalta.

Uma das dificuldades é a tradução dos sinais para o nosso alfabeto, a fim de obter a leitura dos ideogramas semíticos. “Uma coisa é a língua, e outra é a escrita. Assim como utilizamos o alfabeto latino para diferentes línguas, como o português, o inglês ou o francês, a escrita cuneiforme serviu para notar línguas diferentes na Antiguidade.”

Se a tarefa não é fácil na atualidade e depende de dedicação, o esforço não era menor na Antiguidade, mesmo que a escrita cuneiforme tenha alcançado grande difusão no mundo antigo oriental, incluindo a Mesopotâmia, que corresponde ao atual Iraque e a áreas da Síria, Armênia, Palestina e do Egito. Num sentido mais amplo, a escrita também significava uma forma de poder, porque o seu

domínio dependia dos escribas. Na época, essa arte era aprendida e treinada na “casa dos tabletes”. Ali, os escribas trabalhavam nas tarefas econômicas e administrativas do reino.

Os povos sumérios, assírios, fenícios e egípcios se destacaram culturalmente, tendo a música como uma manifestação em ritos solenes ou familiares. De acordo com a docente, as fontes sobre música na Mesopotâmia são inúmeras, já que existem centenas de tabletes cuneiformes em língua suméria e acádica. No caso dos assírios, existem evidências de que a música tinha um papel importante também na guerra, com incorporação de músicos estrangeiros nas cortes reais assírias, o que leva a crer em absorção da cultura dos povos conquistados.

Estudioso da música antiga, o professor do Instituto de Artes da UFRGS Fernando Lewis de Mattos participou da disciplina como aluno ouvinte. “Por conta do interesse geral na cultura desses povos, participar dessas aulas agrega muito. Claro que um semestre não é suficiente para o pleno domínio de uma língua, mas da forma como a professora desenvolveu a disciplina é possível entender a estrutura gramatical, e o vocabulário se adquire posteriormente”, destaca. Para executar as músicas desses povos antigos, ele recorre a instrumentos musicais como alaúdes, liras e cítaras.

Tesouros – Um dos bastiões da cultura da Antiguidade foi a Biblioteca de Alexandria, que entrou

em declínio, tendo sido destruída com a conquista muçulmana do Egito, por volta de 639 d.C. Séculos antes dela, na Mesopotâmia, a biblioteca de Nínive reinava como baluarte do acúmulo do conhecimento no Mundo Antigo. Sobreviveram documentos sobre Astronomia, Geometria e textos literários, como o primeiro épico de que se tem conhecimento: a *Epopéia de Gilgamesh*. Escrito há mais de 4 mil anos, o poema narra os feitos do rei de Uruk em busca da imortalidade. A história é considerada a obra de literatura mais antiga da humanidade.

Nínive também manteve o *Código de Hamurabi*, elaborado pelo rei da Babilônia. Cunhado em uma enorme pedra e registrada com uso dos caracteres da escrita cuneiforme, esse conjunto de normas jurídicas teve grande importância na organização do Estado babilônico. Conhecido por ser baseado na “lei de talião”, o Código indica que a pena por um crime tem de ser semelhante ao prejuízo praticado, portanto “olho por olho, dente por dente”. Juntamente à *Epopéia de Gilgamesh*, o *Código* está entre as obras literárias mais importantes dos povos antigos que já foram traduzidas para o português.

O professor do Departamento de História da UFRGS Francisco Marshall utiliza o *Código de Hamurabi* como matéria central da disciplina de História Antiga I. O ponto alto é a chamada Gincana Hamurabi, em que os alunos estudam o texto, se dividem em times e disputam entre si para responder a

perguntas. “Há uma reflexão sobre lei, regra e norma de forma lúdica. Isso tudo referente ao século XVIII antes de Cristo, mas trazendo reflexões para a atualidade. Além disso, os alunos refletem sobre a condição da mulher, que, guardadas as proporções, era melhor do que é hoje em algumas sociedades. Obviamente, não era satisfatória, mas havia deusas importantes e mulheres tinham cargos religiosos. Elas não eram apenas coadjuvantes, mas cumpriam alguns lugares de poder na cidade, muito diferente das mulheres da cultura muçulmana que herdou a região da Mesopotâmia.”

Marshall ressalta que o texto é escrito em sumério e acádio, já que os primeiros criaram a própria escrita cuneiforme. “O fundamento da cultura mesopotâmica é o sumério, assim como o latim é o fundamento para a cultura europeia ocidental no que diz respeito ao Direito, enquanto o grego é a base para a arte, a filosofia, a ciência e a política.”

A professora Kátia complementa que o legado da Mesopotâmia vai além do *Código de Hamurabi* e considera que muito há para ser explorado. “As pessoas nem sabem o quanto devemos para os mesopotâmicos. Antes da escrita cuneiforme, eles já tinham inventado a roda, posteriormente conceberam a vivência no espaço urbano, assim como a arquitetura monumental, a arte, as definições para as profissões e a própria diferenciação social. Sem contar as contribuições para a astronomia, literatura ou medicina.”



Feminismo no currículo

Ensino *Disciplina eletiva do curso de Ciências Econômicas reflete sobre a desigualdade de gênero e sua invisibilidade no pensamento acadêmico dominante*

Felipe Ewald

O trabalho realizado dentro de casa dedicado aos cuidados cotidianos, que tradicionalmente é atribuído às mulheres, costuma ser ignorado pelo pensamento dominante em Economia, como se essa atividade não tivesse relevância econômica ou social. Para refletir a respeito de abordagens críticas como esta e se dedicar de forma aprofundada à questão da desigualdade de gênero, a disciplina eletiva Economia Feminista foi inserida na grade curricular do curso de Ciências Econômicas da UFRGS.

“Já estava mais do que na hora de revermos conceitos e tratarmos de frente a questão da desigualdade de gênero. Não havia discussão sobre esses conteúdos no currículo; eventualmente alguma disciplina poderia tocar de forma marginal no assunto”, dispara a professora do departamento de Economia e Relações Internacionais Janice Dornelles de Castro, responsável pela cadeira oferecida desde o primeiro semestre de 2017. Ela lembra que, apesar de ainda estar em desenvolvimento no Brasil, esse campo de estudo já tem consolidação em centros de pesquisa da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa. Para ilustrar, cita o Instituto de Gênero da London School of Economics e a revista acadêmica *Feminist Economics*, editada desde 1995 pela Rice University (EUA).

Cristina Vieceli, doutoranda em Economia que colaborou com a estruturação da disciplina durante seu estágio docente, observa que os estudos de gênero no país geralmente se concentram em outras áreas das ciências humanas, como Sociologia, Ciência Política, História e Antropologia. “A iniciativa da disciplina é de extrema relevância, porque a Economia tem muito a contribuir com essa agenda de pesquisa a partir de uma perspectiva interdisciplinar”, opina.

Densidade – Segundo Janice, a disciplina tem caráter introdutório e oferece um panorama amplo sobre os tópicos abordados pela economia feminista. Contudo, antes de entrar nas questões econômicas propriamente ditas, o programa prevê a discussão dos conceitos de gênero, sexo, sexualidade e patriarcado, além de tratar das principais correntes do pensamento feminista.

Gabriela Corá, aluna da cadeira no primeiro semestre do ano passado e hoje graduada em Ciências Econômicas, afirma que conhecer essas questões com maior propriedade a partir da visão de diversos autores especialistas no tema – “uma

discussão muito mais profunda do que eu imaginava” – foi de essencial importância para a construção de uma opinião mais bem fundamentada sobre o assunto. Ela diz que escolheu cursar Economia Feminista em função da relevância do assunto: “Acredito que o conteúdo divulgado nas mídias e aberto ao público é importante, porém não suficiente para abranger todo o tema. Sendo assim, eu queria aprofundar meus conhecimentos para obter uma crítica mais fundamentada e desenvolver novos pontos de vista sobre a questão”.

Passado o preâmbulo da disciplina, seu eixo central, segundo Janice, se concentra em “oferecer abordagens alternativas e críticas ao pensamento econômico dominante, de forma que as

análises contemplem aspectos relacionados ao desenvolvimento do bem-estar sustentável e equitativo de gênero”. A potência dessas discussões a respeito das metodologias atuais da Economia deixou uma impressão forte em Gabriela, para quem as críticas feitas pelas diversas teorias feministas instigam a questionar os modelos utilizados nas análises econômicas de uma forma diferente da usual.

Sua colega Priscila von Dietrich, que está na última etapa do curso, garante que o mais proveitoso para ela foi a possibilidade de compilar uma extensa carga de conhecimentos em um semestre, o que permitiu uma visão ampla dos conteúdos abrangidos. “Apesar de já ter interesse na área e de ter lido um volume razoável

de textos antes de cursar a disciplina, através das aulas pude perceber o quão vasta é a gama de possibilidades de estudo em torno da economia feminista. A multidisciplinaridade que esse campo oferece e demanda implica também estar aberto a outros pontos de vista e a outras realidades”, completa.

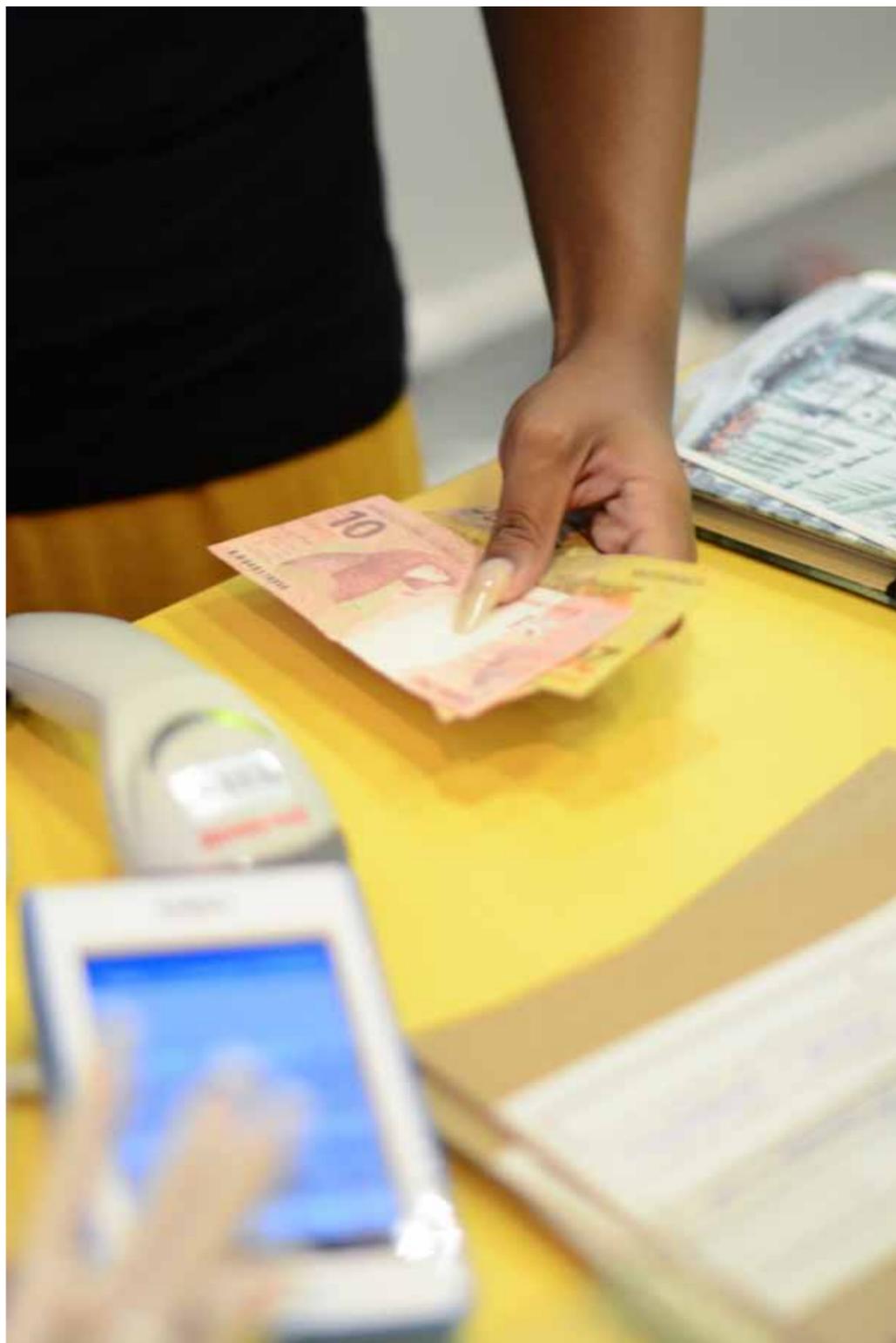
Para a vida – Priscila afirma que a disciplina foi crucial para a decisão de seguir suas pesquisas acadêmicas na área dos estudos de gênero. “Eu já havia feito uma iniciação científica na Fundação de Economia e Estatística (FEE), na qual desenvolvi uma pesquisa sobre mulheres e mercado de trabalho. Os conteúdos abordados na disciplina me permitiram um aprofundamento dessa questão”,

reforça a estudante.

Além da relevância acadêmica, Nicole Bazzaneze, aluna do oitavo semestre que cursou a cadeira eletiva no ano passado, ressalta que os conteúdos também impactam diretamente a vida cotidiana das mulheres. Na mesma direção, a doutoranda Cristina Vieceli acredita que a disciplina seja de “grande importância para a formação de futuros profissionais que visam construir uma sociedade democrática e inclusiva, independentemente do lugar em que estiverem inseridos”. Ela reforça que a presença de um olhar de gênero dentro das Ciências Econômicas dá visibilidade às diferenças existentes no mercado de trabalho, na esfera política e na sociedade em geral. Complementarmente, Priscila destaca que colocar a mulher no centro da análise garante uma possibilidade de ver a dinâmica social e econômica com outras lentes. “Estar aberto para compreender o papel da mulher na sociedade atual e no contexto histórico e as desigualdades de gênero, apoiando-se na literatura sobre o tema e aprofundando o debate sadio em sala de aula, ampliam muito o entendimento sobre o que é a economia”, sustenta.

Homens – Gabriela diz ter a impressão de que existe muito preconceito em relação à questão de gênero no meio acadêmico. Segundo ela, os alunos do curso imaginam que a disciplina aborde assuntos da perspectiva de militância, quando na verdade apresenta perspectivas sobre o tema e foge de discussões não fundamentadas.

Nos dois semestres em que foi oferecida, mesmo com maioria feminina, a disciplina contou com alunos do sexo masculino, não sendo possível, de acordo com Janice, definir um perfil específico dos discentes que se inscrevem. De qualquer forma, os depoimentos dos colegas homens ouvidos por Priscila indicam uma impressão positiva da cadeira, ainda que tenham revelado desconforto quanto a algumas questões pontuais. “Discordar faz parte do aprendizado, e, através do debate, foi possível esclarecer esses pontos. A sociedade é composta por homens e mulheres; criamos a realidade em que vivemos e reproduzimos os padrões de comportamento todos juntos. Ainda que eu acredite que o protagonismo feminino deva ser priorizado, é também necessário que os homens se disponham a ouvir e a fazer uma crítica sobre o seu comportamento, apoiando as mulheres em sua luta pela igualdade, que, afinal, é o que o feminismo tem por objetivo”, sintetiza.



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



Pesquisa para o desenvolvimento

Clélio Campolina Diniz
Economista
avalia a relação entre a situação econômica brasileira e os investimentos em ciência e tecnologia

Everton Cardoso

A carreira de Clélio Campolina Diniz é, por si só, um indicativo de que as análises de questões referentes à pesquisa no Brasil têm propriedade: professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atuou em docência e pesquisa por 40 anos e ocupou o cargo de reitor da instituição entre 2010 e 2014. Além disso, esteve à frente do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação entre março e dezembro de 2014, último ano do primeiro governo de Dilma Rousseff (PT). O economista é autor de dois livros e organizador de quatro obras coletivas que tratam de temas de sua área de expertise. Neste mês em que profere a aula magna da Universidade, falou ao JU sobre alguns de seus posicionamentos com relação aos investimentos federais em pesquisa, aos processos de inovação, às políticas de desenvolvimento nacional e à educação.

Qual a situação brasileira atual em termos de desenvolvimento científico e tecnológico?

O Brasil hoje, em termos de produção científica, está na 13.^a posição mundial. Houve um grande avanço com a expansão do sistema universitário e a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia em 1985. Temos também instituições de pesquisa robustas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Centro de Pesquisas da Petrobras. Mas esse avanço, contudo, não foi acompanhado pelo processo de inovação, pois temos uma base produtiva com forte presença de empresas estrangeiras. Não há nada de mau nisso, mas no Brasil não há na legislação algum condicionante para que esses empreendimentos estrangeiros internalizem os frutos de pesquisa. Além disso, a mediação entre a pesquisa básica e sua aplicação produtiva é demo-



FOCA LISBON/UFMG/ARQUIVO 21/03/2012

rada e precisa haver elementos de indução. Por exemplo, atrelar a política de financiamento dos órgãos de fomento, como BNDES e Finep, a um esforço centrado de fazer inovação tecnológica. Há uma contradição entre as políticas científicas e tecnológicas e a macroeconômica. Há investimentos na ciência, mas nos últimos anos temos uma moeda brasileira sobrevalorizada no câmbio, e isso tornou mais barato importar do que produzir internamente. Por outro lado, como parte da política macroeconômica, a alta carga tributária e a taxa de juros dificultam a inovação tecnológica.

Como é possível reverter esse quadro?

O processo inovativo é de médio e longo prazo, não é de conjuntura. O mundo passa por uma profunda transformação em ciência e tecnologia. Observe-se a expansão asiática. É preciso ampliar o esforço de investimento em pesquisa. Quando eu estava à frente do Ministério, fizemos um programa chamado *Plataforma de Conhecimento*. Ele propõe uma articulação entre o sistema produtivo, as políticas públicas e o sistema acadêmico universitário de pesquisa. Isso não é uma engenharia simples, mas há muitas experiências internacionais com as quais podemos aprender. A intenção naquela época era de que os grandes projetos fossem aprovados desde que previssem uma participação das empresas na parte científica; só assim o financiamento seria concedido.

Como tem estado essa situação mais recentemente?

O câmbio já corrigiu um pouco, mas ainda está defasado. Temos um sistema produtivo que tributa muito a produção e o consumo, mas tem de ser orientado para tributar a renda. É preciso selecionar prioridades que tenham potencial de inovação com grandes impactos econômicos e sociais no país. Por exemplo, tentamos selecionar 20 plataformas para serem implantadas em 10 anos. Alguns de alto potencial, como a cadeia de produção aeronáutica, em que o Brasil já é desenvolvido, e os biofármacos, a partir da biodiversidade brasileira. Esta, principalmente, tem alto impacto social.

O Brasil passa por um processo de desindustrialização e desnacionalização. Que consequências isso tem para o desenvolvimento nacional?

Tem-se que pensar em duas dimensões. A alta velocidade da competição internacional, como é o caso das nações asiáticas, é uma delas. O país tem uma economia que precisa ser mais aberta; sem capacidade de competição não consegue. A outra é o equívoco da política macroeconômica – com problemas de câmbio, tributação e juros –, que enfraquece a capacidade produtiva. É preciso ter uma compatibilização da ciência e tecnologia com a macroeconomia. Alguns países caminham para um gasto de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em ciência e tecnologia. O Brasil estava em 1,2%, mas deve ter reduzido para 1%.

A Coreia gasta 5%; a Finlândia e a Alemanha mais de 4%. EUA e China gastam 2%, mas, como têm PIBs muito altos, são primeiro e segundo lugares no mundo em termos absolutos.

É possível antever uma mudança no perfil produtivo nacional de uma perspectiva centrada nas commodities para outra com mais valor agregado?

Os preços das commodities subiram muito na década passada, então ficou muito favorável para os setores exportadores. Mas o setor teria que ter sido tributado. O minério de ferro, por exemplo, tem um custo de produção de 10 dólares por tonelada e chegou a custar 180 dólares no mercado mundial. Isso ajudou a manter o câmbio brasileiro sobrevalorizado com essa margem de preço com relação ao custo. O setor exportador gerou muita receita e se podia importar qualquer coisa. Num processo como esse, vai-se regredindo e o país se torna uma economia primária exportadora, volta no tempo. Exportam-se milhares de toneladas como minério de ferro para se importar 1kg de fármaco. A mudança nesse perfil produtivo tem que ser a meta central, com uma política industrial e uma científica e tecnológica de modernização produtiva e uma compatibilização disso com a política macroeconômica. Isso tem que ser visto como cenário de médio e longo prazo.

Diante dos cortes e restrições impostos à pesquisa científica pelo Governo Federal, que avaliação

se pode fazer e que impactos isso deve ter sobre a produção de conhecimento no Brasil?

Nesse momento, a conjuntura é catastrófica, mas é nos períodos de crise que temos que formular as saídas. Mas isso não está acontecendo. O sistema acadêmico universitário continua funcionando mais ou menos dentro de sua normalidade. Se continuar em faltando recursos, isso vai ser prejudicado. É preciso garantir a continuidade, formular uma política de desenvolvimento científico tecnológico e um sistema de financiamento para um cenário de médio e longo prazo. É possível, mas é preciso ter uma política estável para a área. O Brasil tem hoje quadros científicos altamente qualificados; não temos escassez de mão de obra qualificada nem de conhecimento. Esse pessoal precisa ser apoiado. Temos iniciativas muito positivas, como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), mas o volume de recursos é muito limitado.

De forma mais ampla, qual o papel da universidade na educação?

Temos que construir o primeiro andar da casa. Sem educação básica de qualidade não há condições para desenvolvimento. Essa é a prioridade zero, não só como suporte à economia, mas como conscientização política e social. Uma universidade está nas duas pontas: na qualificação de recursos humanos para a educação básica com a formação de professores e como lugar para a pesquisa no mundo todo.

Histórias de mulheres

Natalia Pietra Méndez *Diversidade e união são dois aspectos de uma mesma moeda quando se trata de debater os rumos dos movimentos feministas*

Ânia Chala

Nesta segunda década do século XXI, um dos desafios do movimento feminista tem sido não enxergar a narrativa de seu próprio desenvolvimento, pois, se em alguns momentos houve acessos e conquistas, eles não se deram de forma igualitária para todas as mulheres. Essa questão é ainda mais crucial no Brasil, onde as poucas vitórias estão permanentemente ameaçadas por retrocessos em todas as esferas sociais.

No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, o JU entrevista a professora do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS Natalia Pietra Méndez, que pesquisa sobre a história das mulheres, o feminismo e as questões de gênero.

Achas que o movimento feminista enfraqueceu com a fragmentação em subgrupos?

A história do feminismo sempre foi heterogênea. A ideia de privilegiar determinados momentos históricos, assinalados por períodos como ondas, silencia outros feminismos. Isso se estabelece com a construção de identidade do sujeito histórico mulher, que não é homogêneo, como nenhum sujeito histórico o é. Quando nos perguntamos o que é uma mulher, observamos as diferentes posições que ela ocupa na sociedade e que têm a ver com relações de classe, relações raciais e étnicas, com atravessamentos nacionais ou identidades geopolíticas. No contexto do século XXI, é difícil pensar em algum movimento social de características homogêneas. As heterogeneidades sempre existiram, mas eram obscurecidas por uma historiografia branca, e hoje alcançaram maior visibilidade. No presente, os grupos sociais dispõem de ferramentas para falar por si e conseguem construir canais de divulgação de suas ideias. Em outros tempos, como na chamada segunda onda do feminismo (1960-1970), grupos criaram jornais e novos espaços de atuação, mas estes acabaram monopolizados por mulheres de classe média, brancas e universitárias. Nanci Fraser identifica como uma marca do feminismo daquele período a pretensão de falar pelo conjunto das mulheres. No entanto, já naquele contexto, tal presunção foi colocada em xeque, com a emergência de feminismos identificados com outras pautas.

Consideras a unificação como potencialmente danosa ao movimento?

Um pouco do esforço de homogeneizar o pensamento feminista vem de duas tentativas: uma é esse chamamento à unidade, que é válido, pois, apesar de todas as questões que nos marcam como

grupos diferenciados, existem pautas que podem nos unir. Temos conseguido fazer isso: no 8 de março do ano passado foi convocada uma greve de mulheres que, embora não tenha surtido o efeito de greve em todos os países, atingiu graus de mobilização significativos. Então, esse apelo à unidade é interessante para que pensemos desde os nossos diferentes espaços de atuação. Mas tem outro lado, um pouco perigoso, que é o de cobrar certa unidade, como se o feminismo estivesse sendo incoerente ao se manifestar de forma tão diversa e ao explicitar os conflitos internos do movimento. Isso é não entender a dinâmica dos movimentos sociais. Em um país como o Brasil, isso fica evidente, porque as disputas em torno dos debates feministas são significativas. Por exemplo, quando se procura salientar as conquistas dos últimos 30 ou 40 anos de acesso a determinadas profissões, teremos feministas questionando: de que mulheres falamos? Nas universidades, quantas professoras negras temos? Houve um crescimento importante da presença feminina na docência universitária, mas não foi acessível a todas. Nessa carreira predominam mulheres brancas, de classe média.

Houve avanços no combate à violência contra as mulheres?

Em minha pesquisa, busco entender a relação entre os movimentos feministas surgidos no Brasil a partir dos anos 1970 e a discussão pública sobre violência contra mulheres. Como isso deixou de ser um debate privado, sustentado pela máxima “em briga de marido e mulher ninguém deve meter a colher”, e passa a ser um tema público? De que forma ganhou espaço na imprensa, com discussões acerca da necessidade de o Estado intervir com políticas, equipamentos de apoio e prevenção à violência e com uma legislação específica? Foi um marco o assassinato da Ângela Diniz, em 1976. O assassino, Doca Street, alegou “legítima defesa da honra”. Essa era uma questão legal até então inexistente, mas a partir dali criou-se uma jurisprudência que aceitou o argumento de que um homem que tivesse sua honra ferida publicamente poderia ter esse atenuante. A imprensa deu ampla cobertura, o movimento feminista foi para a rua e, mesmo assim, o criminoso foi absolvido. Graças à mobilização das mulheres, um novo júri o condenou, e houve uma guinada nos movimentos feministas que se concentraram na pauta da violência. Isso coincidiu com a redemocratização do Estado brasileiro, quando foram criadas instâncias de diálogo entre a sociedade civil e o governo. Também surgiram as primeiras

formas de tratar publicamente a questão, através das delegacias especializadas de atendimento às mulheres, das casas-abrigo para as vítimas, além de toda uma compreensão de que para a prevenção e o combate à violência era necessária uma ação coordenada, que oferecesse atendimento jurídico e psicológico. A Lei Maria da Penha, em especial, é uma das mais avançadas do mundo porque prevê políticas de prevenção com a formação de agentes públicos, a realização de campanhas e a promoção de programas nas escolas e nas universidades. É uma legislação moderna, mas carece de apoio na execução. Em Porto Alegre, por exemplo, temos desde os anos 1990 uma única casa-abrigo para mulheres vítimas de violência, que atua por meio de convênios com a Prefeitura.

E quanto à Ocupação Mulheres Mirabal?

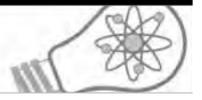
Essa é uma iniciativa importantíssima que trouxe luz à discussão sobre a falta de equipamentos

para atender essas mulheres. Temos estudantes da História que participam da equipe de organização da Mirabal. Por ironia, ainda não enfrentaram uma ordem de desocupação porque o próprio Estado tem encaminhado mulheres para lá. E vale dizer que não recebem qualquer apoio governamental. No passado recente, houve projetos como o Centro de Referência para as Mulheres Vânia Araújo Machado, além de algumas políticas nos governos de Olívio Dutra e Tarso Genro, mas que, no último período, foram menosprezadas. A própria patrulha Maria da Penha perdeu investimentos. Há, por parte dos movimentos feministas, uma preocupação, porque as conquistas foram tímidas; o Brasil hoje é o quinto pior país do mundo para ser mulher. Os dados são alarmantes: a cada dois minutos, uma mulher é agredida no Brasil. Os índices de estupro também são altos e há vários tipos de violência física, sem falar na objetificação dos corpos femininos,

o que possibilita que as mulheres sejam assediadas e ofendidas na rua, no trabalho, nas escolas. Também assusta essa campanha conservadora para proibir que se fale sobre gênero nas escolas. Conforme expressam organismos internacionais, como a ONU, uma das formas mais eficazes de se combater a violência de gênero é a educação, para que esses ciclos de agressão não se perpetuem. Finalmente, a violência contra as mulheres incide sobre as nossas possibilidades de ação. Leciono no curso noturno no Câmpus do Vale, e é triste ver estudantes que dizem “professora, vou ter de sair mais cedo porque, se perder esse ônibus, o próximo só vem daqui a uma hora, e aí estarei circulando muito tarde na rua, o que é perigoso”. E essa fala não escutamos dos meninos. É muito triste que em 2018 tenhamos de nos preocupar com essas situações, que as meninas não se vejam livres para circular à noite porque sabem que estão mais sujeitas a um determinado tipo de violência.



FLAVIO DUTRA/JU



Busca por recursos para a ciência

Financiamento *Capes propõe a criação de um fundo para irrigar pesquisas com alta tecnologia no Brasil*

Samantha Klein

Um corte de 2 bilhões de reais, entre os anos de 2015 e 2017, no orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), já abalou as pesquisas nas universidades. Em 2018, mais uma previsão de contingenciamento nos repasses sugere que pesquisadores enfrentarão dificuldades crescentes na captação de recursos. Em um cenário geral de contenção orçamentária por parte do governo federal, uma das possibilidades será a criação de um fundo da Capes focado em programas de excelência e voltado para áreas da tecnologia.

A proposta está sendo apresentada aos reitores das universidades brasileiras. A meta é focar nos investimentos que grandes empresas têm de fazer, por lei, em pesquisa e desenvolvimento. É o caso de companhias de energia e petróleo, por exemplo. Conforme o presidente da Capes, Abílio Baeta Neves, as empresas preferem pagar multas às agências reguladoras, alegando dificuldades em assinar contratos com as instituições de pesquisa. Um fundo de caráter privado ainda terá como vantagem o não contingenciamento orçamental da mesma forma que estaria fora do novo regime fiscal que limita o teto de gastos, inclusive no campo da ciência. A estimativa é que o valor arrecadado atinja 2,5 bilhões de reais ao ano.

A ser definido – A criação desse fundo voltado para a alta tecnologia ainda não tem prazo para sair do papel. O governo antes precisa definir de que forma a proposta

será viabilizada, se a partir de medida provisória ou projeto de lei. Também precisam ser definidas as áreas estratégicas em que as universidades tenham potencial, atendidas as demandas das cadeias produtivas da indústria e formados clusters (concentração de grupos que produzam pesquisas internacionalmente competitivas).

Conforme o pró-reitor de Pesquisa da UFRGS, Luis Lamb, diversas áreas do conhecimento deverão ser contempladas com o fundo. “Temas que fazem parte de uma agenda mundial de pesquisa. Os países ocidentais e asiáticos têm investido recursos muito significativos em inteligência artificial e robótica, e suas aplicações na saúde, energia, indústria 4.0, afora o impacto das novas tecnologias sobre o futuro do trabalho e da vida no planeta. Além disso, as grandes questões urbanas, como habitação e saúde pública, certamente terão a atenção dessa iniciativa.”

Uma proposta como essa pretende proporcionar o acesso a investimentos nas pesquisas de forma mais direta e mais rápida, segundo o pró-reitor de Pesquisa. “Uma empresa tem que cumprir regras e legislações para investir em pesquisa. A Petrobras, por exemplo, precisa estar atenta a uma série de diretrizes da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ao passo que um órgão gerido pela Capes se tornaria um canal direto com os centros de excelência. O fundo não é um órgão de fomento como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o CNPq, mas teria uma função semelhante. Como atrativo, as empresas não teriam de pagar multas anteriores por terem

deixado de investir em pesquisa e desenvolvimento”, ressalta.

Espera – Os pesquisadores de áreas que envolvem alta tecnologia divergem a respeito da liberação de recursos no ambiente acadêmico. Alguns cientistas acreditam que não falta dinheiro, outros destacam que o governo federal pretende desestimular a Ciência. O professor Edson Prestes e Silva Junior, do Instituto de Informática da Universidade, tem uma visão bastante pessimista do atual momento para a Ciência. Ele fala em estímulo à mediocridade.

“O governo federal está entrando nas universidades brasileiras. Os recursos estão sendo reduzidos enormemente, enquanto a concorrência pelas escassas verbas é enorme. No edital universal de 2016 do Ministério da Ciência e Tecnologia, por exemplo, os recursos demoraram um ano para serem liberados. Dessa forma, não consigo comprar nenhum equipamento, e um grupo de pesquisadores estava praticamente sem trabalho por conta disso. Há a balela de falta de dinheiro, mas para emendas parlamentares foram liberados milhões em 2017. As universidades estão à mingua. É extremamente desestimulante”, diz o pesquisador da área de Robótica.

Já a professora Mara Abel, pesquisadora do setor de petróleo, aponta que não falta dinheiro para as pesquisas e que sempre conseguiu manter equipes grandes com os recursos dos projetos. Porém, depois da Operação Lava Jato, ficou mais complicado para as empresas investirem da mesma forma porque os entraves burocrá-

ticos aumentaram, especialmente nas universidades. “Perdi recentemente um projeto de 2 milhões de reais que pretendia realizar um mapeamento e um estudo de qualidade do reservatório de pré-sal do Campo de Lula, a pedido da Petrobras. O projeto travou na auditoria interna, e a Petrobras respondeu que não pode resolver tais trâmites burocráticos.” Ela ressalta que não descarta retornar à iniciativa privada se os problemas persistirem. “Não posso matar a minha carreira por conta da burocracia”, lamenta.

O professor Dante Barone, do Instituto de Informática da UFRGS, concorda que a universidade criou novas regras para a vinculação de pesquisadores que podem vir a complicar as pesquisas. “Somente são aceitos pesquisadores vinculados à própria universidade, o que dificultou a contratação de profissionais estrangeiros ou de alunos especiais com vinculação ao mercado que poderiam trazer uma visão diferenciada”, sustenta.

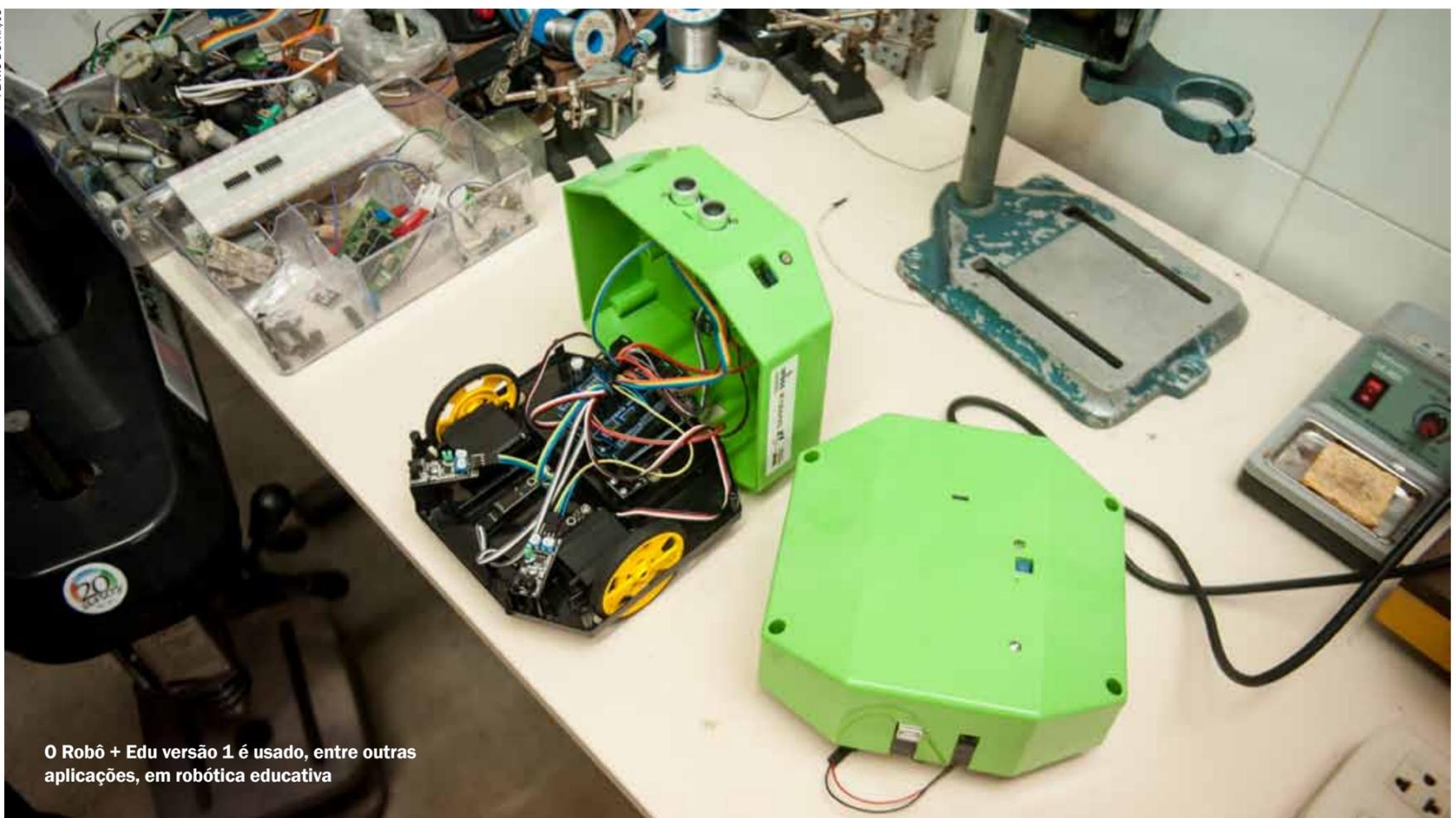
Com diversos projetos na área da Robótica, o docente destaca que o investimento nesse campo de pesquisa é muito alto. Ressalta, ainda, que empresas como a Petrobras não cortaram investimentos para investigações que sejam de interesse da companhia, mas as agências de fomento diminuíram sensivelmente o aporte de recursos. O coordenador do bem-sucedido projeto que resultou na distribuição de kits de robótica para algumas escolas estaduais considera que os recursos são muito dispersos e nem sempre resultam em melhorias para a comunidade.

Exemplo disso é um projeto que envolvia a utilização de robô

em cirurgias de videolaparoscopia, desenvolvido há mais de dez anos. O objetivo era obter um suporte a distância para o médico em um procedimento minimamente invasivo. Na época, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS (Fapergs) liberou cerca de 40 mil reais. A proposta ficou na etapa de protótipo, afinal de contas são processos complexos tanto a certificação de tais pesquisas quanto o desenvolvimento de produtos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “Um funcionário chegou a me perguntar quantas pessoas tinham sido submetidas a cirurgias com robô. É evidente que isso não chegou a acontecer”, recorda o professor.

Falta de investimento – O Brasil investe 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, enquanto em nações como Israel e Coreia do Sul chega a 4%. A maior parte dos recursos de pesquisa vem do Estado, mas a iniciativa privada poderia colaborar mais, considera o professor Dante Barone, UFRGS. Com diversos projetos na área de Robótica, diz que um dos motivos para que isso não ocorra é a nossa pauta de exportações basicamente vinculada ao agronegócio e à exploração mineral. “Nossas vendas para o mercado externo não necessitam de tecnologia agregada da mesma forma que fármacos e eletrônicos. Por outro lado, o empresariado está muito acostumado a aguardar pelo investimento do governo e não percebe a pesquisa como fundamental para o desenvolvimento do seu próprio negócio e da economia como um todo” analisa.

FLÁVIO DUTRA/JU



O Robô + Edu versão 1 é usado, entre outras aplicações, em robótica educativa



Eles estão sumindo



LUIZ FERNANDO MARIN/ARQUIVO PESSOAL

10% das espécies de anfíbios encontrados no Brasil já são classificadas como ameaçadas de extinção

Meio Ambiente *Entre estudos na academia e reuniões políticas, pesquisadores têm estratégias de preservação para a classe de animais que sofre com o esquecimento*

Em uma reunião de família, a avó continua a questionar a necessidade de se trabalhar com aqueles animais que “para nada servem”. Coitado do neto, o biólogo Luis Fernando Marin da Fonte, doutorando em Biogeografia pela Universidade de Trier, na Alemanha, que tem de explicar a ela a importância de se conservar uma das classes de vertebrados que mais sofre com o mau julgamento alheio: os anfíbios. Eles não possuem a simpatia dos pets – ainda mais sendo de difícil domesticação. Não têm a graça das aves ou a imponência de um grande felino. Eles são os sapos, as pererecas, as rãs, as cobras-cegas, as salamandras. O nome da classe vem do grego e significa “ambas vidas”, pois eles precisam dos meios aquático e terrestre para sobreviver. No entanto, uma série de fatores, destacando-se a ação humana, coloca em risco a vida de muitas das espécies de anfíbios aqui e no exterior.

Estima-se que no mundo já foram descobertas 7.799 espécies. Desse total, 1.080 ocorrem no Brasil, que é o país com a maior variedade, muito devido às características do meio ambiente brasileiro. 10% das espécies já são classificadas como ameaçadas de extinção (no nível regional, nacional e/ou global), o que ilustra a situação calamitosa que enfrenta a classe – uma das mais ameaçada de extinção

dentre todas. Este, portanto, é o ponto inicial para se afirmar a relevância da conservação dos anfíbios, animais muito sensíveis à poluição e às ações antrópicas, isto é, causadas pelo homem.

Para fugir de números e informar o público leigo, como a avó do biólogo Luis Fernando, existem outros aspectos capazes de fomentar essa ânsia de “serventias” a esses animais. “Todo ser vivo tem uma função no ecossistema. Grosso modo, a função dos anfíbios é de se alimentar de invertebrados (mosquitos, moscas, etc.), auxiliando no controle das populações de insetos. Também servem de presas a outros animais, como serpentes e aves. Então, se, de uma hora para outra, os anfíbios de uma região desaparecessem, teríamos chances de uma superpopulação de insetos, culminando na difusão de uma praga. Além disso, os seus predadores, como as cobras, poderiam se deslocar de seus habitats em busca de outros alimentos”, elucida o pesquisador.

Esses efeitos são possíveis, mas isso não significa que o desaparecimento de uma espécie de anfíbio acarretaria danos drásticos imediatamente. O professor do Departamento de Zoologia da UFRGS Márcio Borges Martins crê em uma condução didática do tema e afirma que é necessário projetar-se a longo prazo: “A biodiversidade é importante por uma série de razões, sendo

a maior parte constituída de animais pequenos, que estão por aí fazendo serviços importantes para nós. E há de se cuidar para não simplificar demais também. Mas quando um sapinho some, é sinal de que algo está errado. E é provável que não seja só ele, outras coisas estão sumindo. Aquelas espécies realmente têm uma série de importâncias que a maioria desconhece. Fora isso, é um alerta: significa que as consequências das nossas alterações são inimigáveis”.

Compromisso – As pessoas têm seu papel individual quando se trata de conservação e preservação de espécies. Nesse sentido, Márcio destaca a importância de se levar a pesquisa para fora da universidade, divulgar nas escolas, entre a população e nos canais de comunicação. Frequentemente, a problemática da conservação converge com itens políticos. Por exemplo, quando uma construção pública ou privada em área natural afeta uma ou várias espécies. Por isso, os professores de Biologia da UFRGS vêm tentando trabalhar a conservação em um âmbito multidisciplinar na graduação e pós-graduação: “Trabalhar com conservação é polivalente, o que é difícil, mas ao mesmo tempo torna muito rico o aprendizado. Se fores conversar com meus alunos sobre vários assuntos, que vão de pesquisa à política,

verás que eles têm uma grande formação. Inclusive, alguns deles já sentaram à frente de órgãos públicos, como no caso famoso do município de Arvorezinha”, destaca Márcio.

Preservação – O caso do município do interior do RS teve repercussão mundial. Foi a vitória do sapinho diante de uma construção que geraria apenas 1 megawatt de potência, energia que equivale à de um cata-vento. As ações conjuntas de órgãos globais como a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), juntamente com pesquisadores da UFRGS e de ONGs, conseguiram barrar o projeto da Cooperativa de Distribuição de Energia Fontoura Xavier (Cerfox), que pretendia instalar a central hidrelétrica Perau de Janeiro no limite entre Soledade e Arvorezinha. No momento, as pesquisas com o Barriga-Vermelha seguem acontecendo para transformar a área do Rio Forqueta, que passa pelo habitat do sapinho, em uma unidade de conservação. Michelle Abadie, doutoranda em Ecologia, tem sua trajetória universitária ligada aos anfíbios. Ela é a pessoa que mais trabalha diretamente com a rara espécie.

Os cerca de 200 quilômetros entre a capital e a cidade de Arvorezinha seriam um “complicador” para a pesquisadora. O auxílio de moradoras da região,

entretanto, facilita as pesquisas. A um quilômetro da área do Barriga-Vermelha, há um camping dedicado ao turismo. Para colaborar com a preservação, Graziela Civa, uma das administradoras do negócio, mudou o trajeto que os turistas fazem até a cachoeira, para que não houvesse risco de os animaizinhos morrerem pisoteados. “Como a Michelle não estava conseguindo vir com muita frequência, ela pediu a mim para toda semana ir até lá e ver se eu encontrava o sapo. Eu vou nos finais de semana e, se o encontro, aviso para que ela venha realizar seu trabalho”, conta Graziela.

É por casos como esse que se pontua a importância de a população colaborar no âmbito da conservação de espécies ameaçadas. O Brasil tem alcançado um aumento no número de pesquisadores interessados na área, que era pouco tratada no passado, principalmente no que diz respeito aos anfíbios. “Aquele sapinho, no final das contas, está congregando um monte de gente, da pesquisa, do financiamento público e privado, da conservação. É o único jeito de garantir certa estabilidade no status de conservação que a espécie vem recebendo”, conclui Márcio.

Ricardo Santos,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Memórias de formação

História de vida Livro revela a dimensão humana da militância de Flávio Koutzii

Ânia Chala

Escrever a história de vida de alguém exige a construção de uma relação de confiança entre biógrafo e biografado. Quando este último tem uma trajetória política destacada, crescem o compromisso e a responsabilidade do autor. É o caso do livro que o professor do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS Benito Schmidt lançou no segundo semestre do ano passado, como resultado de uma pesquisa acadêmica sobre Flávio Koutzii, ex-deputado estadual e ex-secretário de estado no governo de Tarso Genro (2011/2015). Autor de outras

três biografias, uma delas ainda inédita, o docente tem-se dedicado às reflexões sobre memória, identidade e memórias traumáticas das ditaduras do Cone Sul.

Resultado de sete anos de trabalho, *Flávio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – 1943-1984* é uma obra que se lê com dor e prazer, não só pelo tema – tristemente atual pela circunstância política vivida no Brasil hoje – como pelo esmero textual, que transforma a narrativa em um rio no qual se mergulha sem sobressaltos.

O biografado já havia sido muitas vezes entrevistado por outros pesquisadores e tinha inclusive lançado sua própria

narrativa a respeito da militância, prisão e tortura pelos agentes da repressão argentina [o livro *Pedaços de morte no coração*, de 1984, lançado pela L&PM Editores]. Por isso, a obra contempla os anos de formação e militância revolucionária de Flávio Koutzii antes de seu retorno ao Brasil e do ingresso no Partido dos Trabalhadores (PT). “De início, ele ficou um pouco chateado, dizendo que essa parte de sua vida já estava muito consolidada e narrada por ele mesmo. Respondi que o meu interesse acadêmico e político era justamente estudar o período das ditaduras de segurança nacional”, conta Benito.

Outras narrativas – Preocupado em explorar outras possibilidades de narrar a militância e trajetória de Koutzii, o autor acredita ter atingido esse objetivo ao atentar para a questão das sensibilidades e dos afetos individuais. Também buscou documentos em arquivos da repressão recentemente disponibilizados e viajou à Argentina para conversar com ex-companheiros. “Procurei ouvi-lo novamente, fugindo dessa memória já muito enquadrada por ele, tentando encontrar os não ditos daquela época, os apagamentos, os esquecimentos que só puderam vir à tona nesse outro momento”, explica.

Sabedor de que o presente interfere o tempo todo no passado que lembramos, Benito discorre sobre o processo do lembrar: “Todos nós, quando voltamos de viagem e temos de contar repetidamente como foi essa experiência, na primeira vez, precisamos pensar um pouco até construir uma narrativa que, depois, repetimos sem grandes mudanças. Com o Flávio não foi diferente, pois ele repetia e alterava algumas passagens em função de questões políticas novas. A partir de certo momento,

começou a incluir as lutas feministas, das quais não falava com tanta frequência anteriormente. Ele foi sensível o bastante para captar e transferir a emergência desse tema para o passado dele”, observa.

Autoridade compartilhada – A respeito do desafio de biografar uma figura pública, o autor revela que foi preciso manter um diálogo permanente: “Discutíamos até a bibliografia que eu estava utilizando. Eu entregava capítulo por capítulo, a gente conversava, e ele apontava o que achava que precisava ser ajustado. Embora ele argumentasse, eu tinha a palavra final”.

Benito destaca a honestidade intelectual de seu biografado: “Ele não tem uma visão ingênua de seu passado. Sabe dos erros de avaliação, de perspectiva e, como vários de sua geração, carrega uma culpa pesadíssima porque de seu grupo político na Argentina morreu muita gente e ele sobreviveu. Nem ele, nem eu nos pretendemos em uma posição neutra, o que não me exime de todos os cuidados teóricos e metodológicos. Mas eu admiro esse compromisso dele”, conclui.

MARCO NEDEFF/DIVULGAÇÃO



Benito diz que procurou entender Flávio nas suas fraquezas, na sua coragem e na sua humanidade



Flávio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – 1943-1984

Benito Schmidt

Porto Alegre: Editora Libretos, 2017

540 páginas | R\$49,90



Um eterno quase

João Camilo Grazziotin Portal

Porto Alegre: Editora Oikos, 2017

232 páginas | R\$40,00

De Vargas para João

Repleto de referências literárias, o romance *Um eterno quase*, de João Camilo Grazziotin Portal, reflete sobre questões existencialistas, com a influência de filósofos como Sartre. Sem financiamento de editora, o estudante de História da UFRGS lançou o livro com auxílio da sua família. Ambientada em Porto Alegre, a narrativa é conduzida por Vargas, um jornalista que busca indagar – ou tentar compreender – o cotidiano, suas nuances e a razão de existir. O medo da solidão e o desejo de tornar-se algo completo permeiam seus pensamentos. A escrita é rebuscada, complexa e os diálogos internos da personagem principal formam uma espécie de monólogo. No início de cada capítulo, há alguma citação de escritor renomado. Os pensamentos do protagonista causam uma identificação imediata com o leitor: suas perguntas exigem respostas que também desconhecemos. Afinal, o sentido da vida pode ter várias interpretações e, ainda assim, ser obscuro. O autor não consegue encontrar a verdade em si próprio e,

por meio da literatura – principalmente a russa –, acha um caminho para sanar suas dúvidas e se autoconhecer. liberta-se. Contudo, a literatura pode ser também traiçoeira e confundir ainda mais a personagem, que não consegue diferenciar mais aquilo que narra do que vive. O constante conflito entre passado, presente e futuro ganha destaque na história: “Inevitavelmente, o tempo pouco a pouco vai corroer minha presença, até me perder, como uma folha que cai seca no outono, sozinha”, pensa. Também há o amor que sente por Lola, em quem descobre a felicidade e a plenitude. Porém, nada sai como planejado. A obra contém traços autobiográficos, incluindo nome de personagens – que remetem a pessoas próximas – e situações que foram vivenciadas por ele e serviram de inspiração. Ao final, não se sabe distinguir se o enredo fala mais do protagonista ou do próprio autor. Uma obra escrita, talvez, de Vargas para João, em que o escritor tenta responder seus dilemas por meio da personagem. Narrar ou viver? Eis a questão. (Camila Souza)



Descentramentos/Convergências – ensaios de crítica feminista

Rita Terezinha Schmidt

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017

446 páginas | R\$ 40 (preço médio)

Mulher e literatura

“Descentrar o que sempre esteve no centro para des-cobrir o que foi encoberto, marginalizado ou silenciado para poder divisar, na diferença, novas convergências.” Essa é a ideia principal do livro *Descentramentos/Convergências – ensaios de crítica feminista*, de autoria de Rita Terezinha Schmidt, professora da UFRGS e pesquisadora no Grupo de Trabalho *A mulher na literatura*. A obra reúne 19 artigos, divididos em duas partes, que analisam a construção da imagem feminina na literatura escrita por homens e resgatam escritoras brasileiras que foram esquecidas ao longo da história. A primeira parte do livro expõe a mitologização da mulher. No primeiro artigo, a autora utiliza exemplos de obras consagradas, como *O sol também se levanta*, de Ernest Hemingway, e *Ulysses*, de James Joyce, para evidenciar as diferenças de tratamento atribuídas às personagens femininas, como a valorização de qualidades “fracas” – submissão e humildade – e a condenação da mulher autossuficiente. Além disso, Schmidt elucida os conceitos de

mulher-deusa e de mulher-demônio, ambas colocadas em uma posição de inferioridade em relação às personagens masculinas.

Na segunda parte do livro, os ensaios analisam obras literárias de autoria feminina, como *Celeste*, de Maria Benedita, Moses, *Man of the mountain*, de Zora Neale; e textos de Machado de Assis, Virginia Woolf, Lya Luft, Kate Chopin e Gustave Flaubert. A pesquisadora concilia as tradições feministas anglo-americanas e francesas, trazendo essas ideias para a atualidade, sem deixar de considerar o contexto racial e classista vigente no período em que determinada obra foi produzida. O grupo de trabalho também teve o cuidado de resgatar escritoras brasileiras para que a pesquisa não se tornasse simplesmente um reflexo da colonização europeia e, posteriormente, imperialista no país. Com base teórica, o livro esclarece um universo literário que segue pouco explorado: a produção feminina e a importância dela para entender as desigualdades que ainda acometem a sociedade. (Bárbara Lima)



Quando as pedras falam

Litografia Técnica secular que exige paciência e apuro atrai cada vez mais estudantes

Ânia Chala

Pense em um processo lento, trabalhoso, ao fim do qual há uma dose de expectativa e surpresa. Assim é a arte da litografia, procedimento que consiste em imprimir sobre papel, por meio de prensa, um escrito ou um desenho executado com tinta gordurosa em uma superfície calcária. No curso de Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS, os estudantes do bacharelado e da licenciatura, e também os da graduação em História da Arte, têm a oportunidade de cursar a disciplina *Tópico Especial: Recursos da Litografia*, ministrada pela professora Helena Kanaan. A cadeira, que havia saído do currículo devido à aposentadoria da docente responsável, voltou a ser oferecida em 2015 com a chegada dessa bageense que cursou mestrado e doutorado em litografia na Itália e lecionou na UFPel por mais de duas décadas. Em Porto Alegre, são poucos os locais em que esta técnica pode ser praticada, pois as pedras calcárias utilizadas na litografia estão extintas. Além do IA, existem exemplares no Ateliê Livre da Prefeitura e no Museu do Trabalho.

Memória em pedra – A professora, que coordena o Núcleo de Arte Impressa, voltado à pesquisa da transferência das imagens e suas possibilidades de cruzamento com outros modos de imprimir, tem em casa seu próprio ateliê de litografia e não esconde sua paixão: “A pedra calcária é maravilhosa por sua porosidade e sua capacidade de absorver tanto a água quanto a gordura. Todo o processo pode ser resumido à repulsão entre esses dois elementos”.

Ao contrário da xilografia, em que a gravura é gerada a partir do entalhe na madeira, cuja matriz pode ser conservada, na litografia as pedras são reutilizáveis. Em nosso estado, a herança do Grupo de Bagé deixou obras que denunciaram a desigualdade social com muita qualidade e apuro técnico. “Tive o privilégio de aprender com Danúbio Gonçalves na UFPel. Ele passava as sextas-feiras da manhã à noite nos ensinando tudo o que sabia em termos de xilogravura e litografia”, relembra.

Ao discorrer sobre as origens da técnica, Helena argumenta que o registro na pedra constitui a primeira manifestação do homem no mundo como ser consciente desde os tempos das cavernas. Por isso, segundo ela, “essas pedras são como a ‘carne do mundo’: nós as carregamos, desenhamos nelas, sabendo que já passaram por várias oficinas e ateliês. Elas têm uma memória e toda uma história para contar, sendo ainda um modo de fazer com que nossos alunos sintam

e reflitam sobre essa história. Então, elas nos obrigam a pensar no passado”, filosofa.

Produção coletiva – O ateliê do IA é amplo e com boa iluminação natural e, na manhã em que a equipe do JU gravou a entrevista, havia 14 estudantes em atividade. Helena explica que normalmente oferece 13 vagas devido à limitação de recursos. “Dispomos de 12 equipamentos, e não temos mais do que 20 pedras. Embora alguns materiais sejam individuais, é um trabalho coletivo: a goma é para todos, assim como a estopa e a tinta. Fazemos uma vaquinha e todos se responsabilizam. Isso cria um compromisso com a presença, pois eles sabem que se faltarem outros não irão conseguir trabalhar. Além disso, enquanto existem alunos que já têm uma bagagem maior, outros fazem a disciplina no começo do curso”.

Conforme a professora, as peças são criadas com a colaboração de três ou quatro colegas. “Enquanto um passa a manivela, o outro põe o papel e um terceiro faz a tinta. No fim, todos os trabalhos acabam sendo coletivos, no sentido da execução. Embora cada um crie seu desenho individualmente, no momento da impressão, o trabalho é coletivo”.

Outro aspecto que obriga a produção em grupo é o peso das peças. Amanda Charão, aluna do 4.º semestre do Bacharelado em Artes Visuais, conta que sempre precisa “alugar” um colega: “Tenho problema de coluna e faço

essa cadeira apesar das ressalvas da minha mãe. Já cursei uma disciplina de xilo e a de serigrafia com a Helena, além de ter participado de outros projetos. A litografia nos permite trabalhar com diferentes materiais em que a textura fica bem destacada, por conta da porosidade das pedras, além de abrir muitas possibilidades de mistura e experimentação. Como as pedras são muito antigas e várias pessoas já trabalharam nelas, tem toda uma parte poética. É um processo muito lento e cuidadoso, mas sou paciente e isso para mim é bem tranquilo”, conta.

Já a estudante do 6.º semestre Marluana Fernandes, também de bacharelado, considera que a litografia é complicada, “principalmente quando cai a ficha de que este é um processo que vem de muito tempo. Também, uma vez que as pedras não existem mais, se trata de uma oportunidade rara”. Em meio à nossa conversa, ela foi surpreendida com o resultado inesperado no processo de revelação do desenho que havia feito.

A surpresa, por sinal, é uma constante nesse tipo de produção, como atesta Maria Galant Melgarejo, que cursa o 6.º semestre da Licenciatura em Artes Visuais: “Gostei da experiência, mas é um pouco assustadora porque as matrizes são muito antigas e bastante sensíveis. E tem essa coisa de o trabalho não ser bruto, como na xilografia. É um processo químico, então qualquer coisa que tu faças ela reage. É lindo o resultado, mas

fico um pouco tensa, pois nunca acho que vai dar certo. A primeira experiência foi mais difícil, agora está indo”, relata. Questionada a respeito das maneiras de aproveitar o aprendizado em futuras atividades em sala de aula, Maria disse que tem procurado explorar outras formas, testando materiais alternativos, como caixas de leite.

Reprodutibilidade e valor de mercado – De acordo com Helena, há um interesse pela magia envolvida no processo de pensar uma matriz e o seu outro, na multiplicação e na possibilidade de estar em vários lugares ao mesmo tempo. “O filósofo e crítico de arte Georges Didi-Hubermann fala na questão de termos uma imagem que morre em um lugar e renasce em outro. Eu reforço que consideramos cada exemplar produzido a partir da litografia como único. Embora exista uma matriz, a cada vez que o artista entinta a pedra e trabalha o material a fim de realizar a transferência da imagem, o resultado é singular. Normalmente, não se fazem muitos exemplares de cada matriz. Aqui no ateliê, fazemos cerca de 10 exemplares a partir de cada matriz.” Por outro lado, ela diz que a gravura atualmente é mais experimental, já que é comum mudar ou raspar o papel, a cor ou agregar outra imagem, mesclando uma fotografia ou outro impresso. Desse modo, não há uma reprodução fiel.

A criatividade dos estudantes é estimulada pela exibição de

muitas imagens, livros, catálogos e folhetos, distribuição de textos e realização de discussões. “Faço isso justamente para não apresentar uma ‘receita’ e vir com aquela ideia de um único caminho. Por vezes, os alunos vêm perguntar: posso fazer tal coisa? Eu sempre respondo: pode tudo, desde que tu saibas o que e por que estás fazendo e se tua imagem teve êxito ou não”, detalha Helena, esclarecendo que é comum haver certo grau de frustração: “Cada linguagem, cada técnica vai te responder de uma maneira. Às vezes, os alunos trazem uma fotografia e querem passá-la para a pedra. Mas aí já não será mais foto. Ao passar para a pedra, irá se tornar outra coisa. E é justamente essa a grande expectativa. Vamos lidar com essa surpresa, com essa possibilidade de uma transferência de imagem que vai ter seus resultados”.

Além do que foi produzido, na avaliação da disciplina são consideradas a presença e o interesse dos alunos, já que por vezes eles não obtêm o resultado desejado. “Avalio o pensamento deles sobre o processo, do que ocorreu, para que eles aprendam a enfrentar a frustração. Toda gravura é muito passo a passo. No caso da litografia, é essencialmente um processo químico e orgânico, e quem a escolhe tem de estar ciente disso. Exige muita concentração, o que permite momentos que já não se têm na contemporaneidade do imediatismo e da velocidade”, conclui.



Matriz de litografia desenvolvida pelo grupo de estudantes de disciplina oferecida pelo Instituto de Artes



Recepção musical aos calouros

Tati Portella *Ex-vocalista do Chimarruts apresenta seu trabalho solo no Câmpus do Vale*



Neste semestre, os calouros da UFRGS serão recebidos com um show de Tati Portella, ex-integrante da banda de reggae Chimarruts. Com o show intitulado "Tati Portella e banda de mulheres", a cantora traz sucessos da banda onde começou sua atuação musical, algumas releituras de nomes consagrados da MPB e músicas autorais inéditas do disco solo *Noutra Direção*. A apresentação será no dia 19 deste mês às 17h30 no Palco Grego, no Câmpus do Vale.

Tati Portella deu início à carreira solo em 2016, depois de 17 anos no comando dos vocais da

Chimarruts e dividindo o palco com sete homens. A intenção dela, nesse novo momento, era mostrar outras facetas do seu estilo musical, mas sem se desligar do reggae. Tanto é que, em seu mais recente trabalho, traz samba e blues, além de elementos do ritmo jamaicano. A banda que a acompanha é formada apenas por musicistas mulheres: Bibiana Petek, na guitarra, Jéssica Berdet, no baixo e Ricka Barcellos, na bateria. O primeiro EP que resulta dessa trajetória contém composições como *Samba a Seis*, *Blues Calado* e *Devoção*, todas de Tati.

A cantora, que recentemente

foi destaque ao abrir o show da banda britânica Coldplay em Porto Alegre, tem desenvolvido também um trabalho social. Ao longo da carreira, tem feito contato com grupos excluídos, como na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS (FASE), no Presídio Feminino Madre Peletier e na Escola Comunitária Dr. Martinho Lutero. Ela usa a música como instrumento de transformação social. Pretende, dessa forma, despertar interesse pela liberdade e estimular a criatividade com mensagens positivas e que incentivam a valorização da força da coletividade e da arte.

Data pelas mulheres

8 de março *Debates e atividades culturais marcam ocasião comemorativa e de reflexão*

A data internacionalmente dedicada às mulheres é, desde sua instituição, um marco de resistência: a partir da virada para os anos 1900, traz à luz questões referentes ao trabalho feminino e ao lugar das mulheres na sociedade. Tendo em vista essa perspectiva, a Secretaria de Comunicação Social da UFRGS oferece uma programação alusiva à data no Câmpus Centro. O início está previsto para as 11h, com a cerimônia que marca a adesão da Universidade ao projeto HeforShe. A seguir, há apresentação do Coletivo de Música Popular das Gu-

rias do Instituto de Artes da UFRGS.

Finalmente, acontece um debate com duas pesquisadoras da Universidade cujos trabalhos têm relação com questões ligadas à mulher: Isabel Nogueira, da Música; e Fernanda Stanisçuaski, da Microbiologia. A mediação fica a cargo da jornalista Ánia Chala.

As atividades têm entrada franca e acontecem no espaço situado ao lado do prédio da Rádio da Universidade (R. Sarmento Leite, 426). Em caso de chuva, o evento acontece na Sala II do Salão de Atos (Av. Paulo Gama, 110).

Experimentações artísticas

Convergência *Evento traz debates e apresentações que envolvem artes visuais, música e cinema*

O Departamento de Arte Dramática do IA/UFRGS recebe entre os dias 6 e 8 deste mês o seminário *Convergências: pesquisa artística e práticas experimentais*. O evento traz palestras, debates e performances e tem entrada franca. As artes visuais, a música e o cinema são o foco do evento, que pretende incluir questões do contexto acadêmico e dos circuitos de produção experimental.

As mesas de discussão acontecem pela manhã e à tarde na Sala Alziro Azevedo (Av. Sen. Salgado Filho, 312) e abordam questões como experimentação no audiovisual, pesquisa artística, criação sonora e gênero.

À noite, acontecem apresentações de artistas diversos. O espaço LUGAR (Av. Independência, 745/subsolo) tem atividades nos dias 6 e 7 às 20h30. Na terça-feira, acontecem as performances de Chico Machado e de DeCo Nascimento e Tatiana Travisani. Na quarta, as apresentações ficam por conta de Alessandra Bochio, Felipe Merker Castellani, Isabel Nogueira, Luciano Zanatta e Marcus Bastos. O evento se encerra na quinta, dia 8, às 18h30, com a performance do grupo de pesquisa Estudos de Gênero, Corpo e Música (IA/UFRGS) no Planetário (Av. Ipiranga, 2000).

Virando nome de rua

Homenagem *Exposição conta a história de ex-alunos da Medicina que fazem parte do mapa de Porto Alegre*

A mostra *Caminhos da Medicina em Porto Alegre: um olhar em teses* está em exibição na Biblioteca da Faculdade de Medicina da UFRGS até o dia 30 de abril. Com o objetivo de dar visibilidade ao rico acervo, a equipe do setor encontrou uma forma de divulgar as dezenove teses de pessoas ligadas ao curso que hoje têm ruas batizadas com seus nomes. A biblioteca está localizada no terceiro andar da faculdade, na rua Ramiro Barcelos, n.º 2.400, com horário de atendimento de segunda a sexta, das 8h às 18h.

Percorrendo a cidade de Porto Alegre, encontram-se inúmeras ruas homenageando

pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da sociedade, mas que muitas vezes são desconhecidas. Ao revisar o acervo antigo da biblioteca, foi-se notando que muitos desses nomes estão ligados à história da Faculdade de Medicina de meados do século XX. Na exposição, é possível conhecer, por exemplo, quem foi Florêncio Ygartua, uruguaio naturalizado brasileiro que em 1923 se diplomou em medicina, um dos nomes mais importantes da pediatria da capital gaúcha e também jogador de futebol – chegou a jogar no Internacional entre 1910 e 1911. Também se encontram expostos os regis-

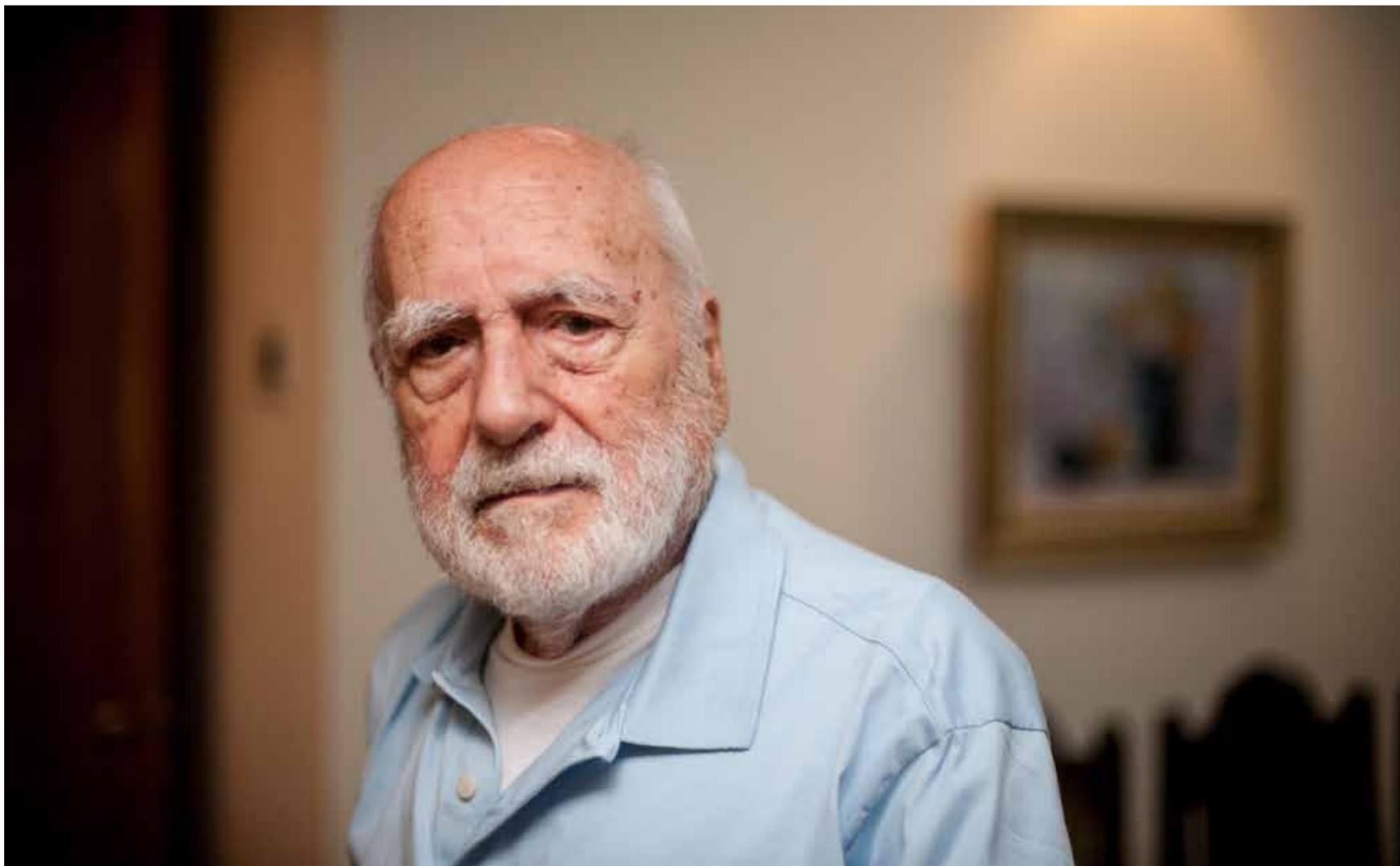
tros de Elyseu Paglioli, médico, professor e político brasileiro, pioneiro da neurocirurgia no país, prefeito de Porto Alegre por curto prazo em 1951, reitor da UFRGS por 12 anos a partir de 1952 e Ministro da Saúde do governo de João Goulart em 1962. A exposição traz ainda o nome da primeira mulher médica da capital gaúcha, a ginecologista Noemi Valle Rocha, assim como de outros homenageados, como Mario Totta, Oscar Pereira, Raul Pilla e Ramiro Barcelos – cujo filho, homônimo, estudou na Universidade. A mostra conta também com um mapa que situa as ruas na cidade.



Prestes a comemorar 120 anos, a Biblioteca da Faculdade de Medicina da UFRGS procura se renovar e também explorar seu acervo. São organizadas atividades culturais e exposições com o intuito de fazer a comunidade participar mais desse espaço e desfrutar das histórias guardadas entre suas estantes. A divulgação ainda é

um pouco restrita, mas o objetivo é explorar mais esse aspecto para que surjam também novas ideias e oportunidades de atrair o público, não somente para estudar, e sim para conhecer e compartilhar a abundante história da medicina, desenvolvida em nosso estado e registrada de variadas maneiras nesse importante acervo da Universidade.

Sede por conhecimento



GUILIANA HEBERLE/JU

Carlos Oswaldo Degrazia *As histórias do médico e professor aposentado que se dedica à literatura e à fotografia e define sua escolha profissional com uma exitosa adaptação*

Quando entrei no apartamento do senhor Carlos Oswaldo Degrazia, no bairro Bela Vista, em uma manhã de sexta-feira, ele estava sentado junto à sacada com um sorriso amigável no rosto. Ao seu lado, uma máquina fotográfica, alguns livros de sua autoria, um artigo e a imagem de um sabiá repousavam sobre a mesa. Circe, sua esposa, sentou-se conosco para contar alguns episódios e “relembrar as datas” de suas trajetórias, como disse, rindo, o médico anatomopatologista aposentado. Essa história começa em Itaqui – interior do Rio Grande do Sul – em 1922, ano de nascimento de um dos filhos de Oswaldo Paschoal Degrazia e Alba Carvalho Degrazia. Nessa época, o casal ainda não podia imaginar as futuras contribuições de Carlos para a medicina, a fotografia e a literatura.

“Itaqui, linda cidade onde meus pais moravam. Toda ela plana, cercada por planícies, marcando encontro com o firmamento. No lado leste, uma pequena elevação levava a um tabuleiro abruptamente serrado, com paredes pedregosas. A essa elevação o povo chamava Cerro.” É com essa afetividade que Carlos descreve sua cidade natal em seu livro de crônicas *Villa Alba*, referência à casa em que residia com a família e que tinha o nome de sua mãe gravado na parede. Aos 12 anos, ele se mudou para

Uruguiana para cursar três anos do antigo ginásio e, posteriormente, residiu em Porto Alegre, onde concluiu o ensino básico no Colégio Marista Rosário. A mudança de uma cidade pequena para a capital se deu sem grandes problemas. “Em geral, me adapto muito bem. Vim para um apartamento há pouco tempo e me sinto muito bem aqui. Sempre foi assim”, conta. A coragem para enfrentar novas situações e a leveza parecem ser dois conceitos que acompanham Carlos nestes 95 anos de vida: a escolha profissional também foi uma exitosa adaptação.

A medicina, há anos o curso mais concorrido da maioria das universidades, não foi sua primeira opção. Apaixonado por Física, sonhava em ser engenheiro, mas o curso de Engenharia Física não existia na UFRGS. “Qual é a ciência mais próxima da Física em que posso me realizar? Aí pensei: Medicina, que é uma ciência técnica. Então achei que ia me sentir bem. Realmente, me realizei dentro dessa área e não quis mais sair, virei médico mesmo”, reflete. Depois de terminar a graduação em 1947, era a hora de escolher a especialidade. Quis ser anatomopatologista, área que estuda as lesões causadas pelas doenças no organismo. Com orgulho, Carlos mostra um de seus artigos no qual abordou o caso de um tumor indiferen-

ciado da lâmina fusca, uma das camadas que envolvem o globo ocular, situação que não havia sido descrita até então. Além da importante contribuição para a ciência, ele também fez parte do grupo de professores que fundou o curso de Medicina da Universidade Federais de Rio Grande e de Santa Maria e lecionou na UFRGS e na PUCRS, aposentou-se somente aos 70 anos.

Ao longo de todos esses anos em que exerceu a medicina, um caso específico ficou guardado na memória de Carlos. No início da carreira, quando estava em Itaqui, um automóvel, algo incomum àquela época de carros, parou em frente à casa do médico. Queriam que ele fosse ver um doente. “Entre no carro, atravessei um rio – o Cambaí –, passei por uma mata densa até que cheguei a uma planície em que a gente via uma plantação de arroz. Ali morava um agricultor”, conta. Esse homem o levou até a esposa, que se encontrava em coma. “Ela estava com contrações, então eu logo fiz o diagnóstico. Casualmente eu havia lido naquele dia os sintomas da eclampsia em um folheto argentino”, lembra. “Mandeivar para o hospital. Lá, eu disse que a criança ia nascer morta. Avisei porque podiam achar que eu, por ser médico novo, tinha matado o bebê.” Infelizmente, a criança nasceu morta, mas Car-

los conseguiu salvar a mulher.

Ainda jovem, Carlos conheceu sua esposa – hoje professora aposentada de ensino básico – com quem já é casado há 69 anos. Ele lembra direitinho do momento em que a viu Circe Candal pela primeira vez: “Ela dançava com um primo quando a tirei para dançar no aniversário da madrinha dela”. “Estamos dançando até hoje”, retruca Circe. O casal teve cinco filhos, dez netos e agora uma bisneta vai nascer na Alemanha – notícia que deixou ambos muito contentes. Durante todos esses anos, Carlos e Circe viajaram muito para congressos na Europa, Estados Unidos e Oriente Médio. “Toda viagem traz uma bagagem muito boa, a gente não esquece mais”, reflete Circe.

Em dado momento da entrevista, um papel caiu no chão. Levantei-me para pegar; era a imagem de um sabiá com um poema. Carlos riu, um pouco sem jeito, mas me contou de sua paixão por fotografar. Ele comenta que em um arquivo de computador tem mais de mil fotos: “Gosto muito de fotografia. Uma filha selecionou 300 que ela mais gostou e, dessas, minha nora selecionou algumas para compor um livro”. Para ele, o fotógrafo precisa sempre estar com a câmera. “O que aparece de original para fotografar é de repente.” Hoje, ele não fotografa

com tanta frequência. Uma de suas imagens, contudo, capa de seu livro *O Hino de Galeno*, ganhou um prêmio de fotografia científica no Rio de Janeiro em 1993. “É o olho de um cachorro ou gato. Eu cortei e tirei a foto de trás do olho”, explicou o médico-fotógrafo.

Além da coletânea de fotografias, Carlos também publicou outras obras, entre elas, *O Hino de Galeno*, volumes I (2011) e II (2016), *Villa Alba e Outras Crônicas* (2017) e *Poesia, Verdade e Filosofia* (2017). Segundo ele, escrever é algo natural, mas admite a influência dos pais no processo: “Meu pai, que era advogado, sempre me incentivou muito”. Sua mãe, Alba, dona de casa, escreveu um livro em memória aos filhos. Carlos cresceu rodeado pelas letras. Até pouco tempo, possuía uma enorme biblioteca em casa. Os mais de mil exemplares foram doados para as universidades nas quais trabalhou e para o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. “Eu comecei a comprar livros porque a minha finalidade era escrever sobre ciência. Então, eu adquiri livros específicos que poderiam me dar algum progresso nesse sentido”, justifica.

Bárbara Lima,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

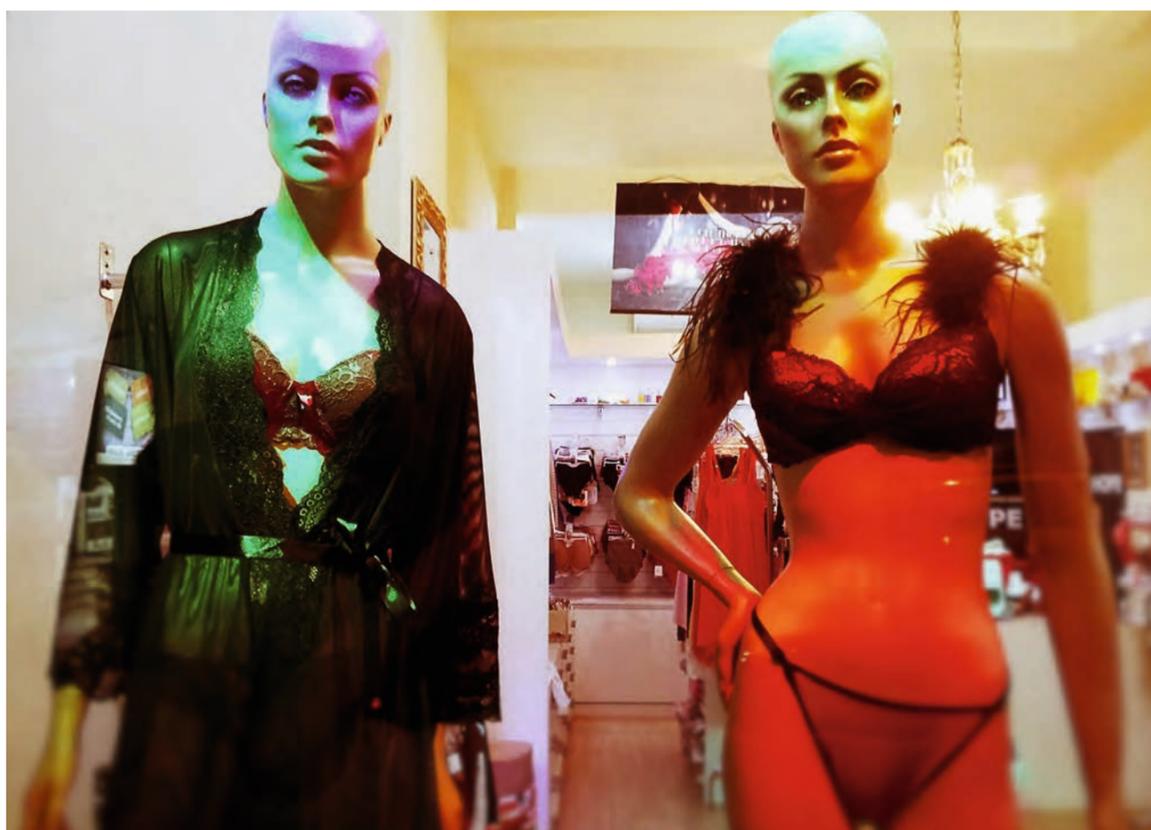


Elas na vitrine

TEXTO E IMAGENS **MIRELE DE OLIVEIRA PACHECO**

Esta série é parte de uma investigação visual que realizo desde 2012, quando passei a utilizar o celular no trabalho autoral. Percebi a diversidade que poderia reter num quadro de tela com corpos, ideias, narrativas, gestos, olhares. Empreendi a jornada fotográfica em busca de uma virada no meu percurso poético e acabei fisgada pelas vitrines de lojas com suas visões espelhadas. Talvez encontrasse algumas respostas a questões antigas – ou me deparasse com mais perguntas – refletidas nas imagens das manequins. Diante de corpos imóveis, olhares enigmáticos, bocas pintadas, perucas, chapéus, etiquetas de preços, incessantemente perguntei-me: quem é e o que representa essa ‘mulher’ que olha para fora, do outro lado da vitrine? Do outro lado ou deste? Fascinada pelos olhares e sobreposições imagéticas mescladas ao cotidiano urbano, pensava sobre as histórias que desejaria contar, revelando a potência de tais identidades. Sem interferir nas poses, desde então busquei seus reflexos, a luz, a sombra, a movimentação ao redor. Com as visões dessas imagens-corpo, tornei-me uma observadora compulsiva de vitrines, mas somente por causa delas. A monografia surgiu, assim, como método e linguagem expressiva enquanto caminhava pelo centro da cidade de Porto Alegre nos intervalos de pautas como repórter fotográfica. As fotos, captadas e editadas no dispositivo, estabelecem diálogos com as possibilidades do aparato digital e dos aplicativos para edição. Sugerindo novos ritmos de contemplação do objeto fotografado, minha intenção é produzir registros de forma suave, desacelerada, em contraposição ao frenesi atual. Na condição de artista e produtora de crítica, mergulho na reflexão mais enigmática provocada pelas imagens: o que são as identidades que assumimos, quais delas nos são impostas, e como expomos as nossas verdadeiras faces na tresloucada era contemporânea?

MIRELE DE OLIVEIRA PACHECO É MESTRANDA EM ARTES VISUAIS, COM CONCENTRAÇÃO EM HISTÓRIA, TEORIA E CRÍTICA NO PPGAV/UFRGS; É GRADUADA EM FOTOGRAFIA E ATUALMENTE CURSA ARTES VISUAIS NO INSTITUTO DE ARTES/UFRGS. EM SUA PESQUISA, ANALISA TRABALHOS DE ARTISTAS BRASILEIRAS POR MEIO DA REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DO CORPO NAS REDES SOCIAIS.



Novos modos de aprender

Um mundo único, uma espécie de bolha: para alguns, assim se pode definir a época do colégio. A transição para o ambiente universitário, portanto, tende a ser impactante. Novos hábitos de estudo e de deslocamento são exigidos. A adaptação a outros contornos nem sempre é fácil e, conseqüentemente, dificuldades surgem. Mariana Gemelli, aluna do 4.º semestre de Enfermagem da UFRGS, viu sua rotina transformada quando passou no vestibular. A bolha em que vivia estourou. Antes estava acostumada com sua mãe a levando e buscando da escola. “É um mundinho perfeito, só nosso. Quando tu entras na faculdade, precisas lidar com várias situações e te tornar independente”, conta.

A escolha por fazer Enfermagem remete à sua infância: “Quando era pequena, fiquei internada, e quem mais cuidou de mim foram os enfermeiros. Lembre-me do rosto deles e de como me ajudaram a me sentir melhor. Estavam sempre brincando, oferecendo desenhos para colorir”. Para ela, foi um choque entrar na

UFRGS com apenas 17 anos. Sair da escola representou uma dinâmica que exigiu mais concentração fora da aula, algo que não estava acostumada a fazer. Antes, os professores davam todo o conteúdo necessário em sala, o que mudou na universidade. “Podia ficar só com a matéria que davam, mas agora não, preciso correr atrás. Procurei artigos e livros, o que antes não fazia. No colégio, podia procrastinar e ler o que davam no dia anterior à prova”, comenta. A mudança foi de tal forma complicada que Mariana desenvolveu crises de pânico no começo, pois não sabia se estava preparada para lidar com os novos métodos de estudo e com o fato de ter de se locomover sozinha para chegar à Universidade.

Esse conflito é comum a vários calouros. Adequar-se a uma realidade distinta daquela a que se está familiarizado pode gerar incertezas. Alessandra Blando, pedagoga do Núcleo de Atendimento ao Estudante da UFRGS, o NAE, desenvolve atividades relacionadas à aprendizagem em oficinas de aconselhamento. A ideia de que a universidade é uma extensão da escola, se-

gundo a especialista, é um dos principais problemas enfrentados, porque a graduação exige maior autonomia e gerenciamento do tempo. “Isso tudo dá um susto. Quando o aluno entra, acha que continuará a cumprir tarefas e não consegue se organizar. Estuda da mesma forma como fazia no colégio, sem perceber que agora são disciplinas ministradas de um jeito bastante diferente, sem que haja apenas um modo de aprender”, elucida.

Ingressar no ensino superior representa mais um rito de passagem que marca um importante momento na vida dos estudantes. Para Alessandra, é fundamental compreender esse processo: “Entender as rotinas, a cultura de cada curso e achar uma estratégia que funcione é essencial. Administrar o tempo é outro fator necessário”. Descobrir o próprio método é difícil; quando se consegue, entretanto, isso faz com que o aluno tenha certeza do que quer e saiba como alcançar seus objetivos. É um rito que possibilita a saída de um ciclo fechado para interesses que eram inimigáveis.

Cada um encontra o seu jeito

Cilas Machado, com frequência, está com os olhos mergulhados em algum texto, seja no intervalo entre as aulas, seja dentro do transporte público.

Desde o ensino médio conciliando estudos e trabalho, encontrou dificuldades para ingressar na Universidade. Além disso, ele vinha de uma escola pública e tinha a impressão de que não estava preparado o suficiente para fazer a prova do vestibular. Ainda por cima, não tinha certeza que carreira que pretendia seguir.

Após algumas reflexões e conversas com a família, Cilas decidiu ingressar em Administração. Depois de dois anos, conheceu o currículo da graduação em Administração Pública e Social e estreitou os laços com os colegas. Foi então que teve certeza de que era isso que queria seguir e resolveu trocar de curso. Atualmente, está no nono semestre e, quando se formar, será o primeiro de seu núcleo familiar a ter um diploma universitário.

“Quando entrei na UFRGS, percebi que estudar ia muito além de apenas ler. Eu tinha de resumir os textos, compreender os argumentos, refletir criticamente e saber problematizar as ideias para poder

avançar”, relata o estudante, que aprendeu a reconhecer os métodos de que se utiliza. Ler muito, fazer fichamentos, resumos, explicar o texto para si mesmo em voz alta e estudar de madrugada são os principais recursos que encontra para lidar com a demanda, ainda mais para quem tem como objetivo seguir na área acadêmica – ele planeja fazer mestrado em Administração ou talvez uma segunda graduação.

No dia a dia, cultiva o hábito de estudar durante o trajeto de ônibus entre sua casa, no

que precisa de dedicação e concentração e, por isso, nem sempre ler no ônibus é a melhor solução.

Aliando a vida profissional e acadêmica à participação nos movimentos estudantil e negro, o jovem ainda arranja tempo para dar aulas de Sociologia em um cursinho popular no bairro onde reside. Por conta de seu engajamento em iniciativas de combate às desigualdades e ao preconceito, percebe o quanto boa parte da sociedade costuma exigir dos negros e das pessoas de classes sociais mais baixas antes mes-



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

bairro restinga, e o prédio da Escola de Administração, que dura uma hora. Contudo, é em seu quarto que Cilas encontra um ambiente adequado para os estudos e para fazer algumas leituras. Ele explica

mo de reconhecer a extensão do esforço que empregam para atingir seus objetivos. Apesar disso, diz que sempre se sentiu motivado pela família, razão pela qual mantém intensa dedicação aos estudos.

Para **Gabriela e Julio Veiga**, estudar sempre foi uma atividade entre irmãos. A madrugada é o momento em que os dois se encontram para fazer seus trabalhos, ler e colocar os estudos em dia. Sentado à escrivaninha, Julio lê suas anotações de aula, enquanto consulta informações na legislação e escreve notas no caderno e em blocos adesivos. Alternando entre a cama, a escrivaninha e o sofá, Gabriela lê artigos e livros, escreve matérias e reportagens, degrava entrevistas e faz anotações.

Apesar das diferenças em suas maneiras de estudar, os campos de interesses no estudo sempre os uniram. Enquanto ainda estavam no colégio, entre aulas e atividades extracurriculares, Gabi e Julio faziam parte do Clube de Relações Internacionais, em que organizavam e participavam de simulações de debates das Nações Unidas. “O primeiro país que representei foi a Indonésia, do qual Julio já tinha sido representante. Então ele chegou com uma pasta enorme cheia de materiais que ele havia coletado no Consulado daquele país, sentou ao meu lado e me ensinou como estudar para representar uma nação”, narra Gabriela.

Foi a partir dessa experiência que Julio descobriu seu interesse pelas Ciências Jurídicas e Sociais e acabou

ingressando no curso em 2014. A Faculdade de Direito da UFRGS se mostrou muito mais difícil do que ele esperava. “Foi um grande impacto sair do ensino médio e já ter que me habituar a uma linguagem totalmente diferente para conseguir entender todo esse mundo do Direito”, relata Julio. Tornar-se bolsista de iniciação científica logo no primeiro semestre foi uma das maneiras que encontrou para conseguir compreender melhor o raciocínio acadêmico e jurídico. Em 2015 e 2016 foi a vez da Gabriela se tornar estudante de

que ocorre na ESPM, era preciso apresentar um projeto de pesquisa contendo introdução ao tema, metodologia, cronograma. Por já ter tido essa experiência, quem a ajudou na elaboração do projeto foi o irmão.

“Toda a vez que o Julio vai participar do Salão de Iniciação Científica da UFRGS (SIC), ele apresenta primeiro para mim, e eu faço alguns apontamentos. Em 2017, foi a minha vez de apresentar, e o processo foi o mesmo”, conta Gabriela. Desde a primeira participação do Julio no SIC,



FLAVIO DURÃO/JU

Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e de Letras da UFRGS. A dificuldade de estudar para duas faculdades foi atenuada quando Gabriela começou a pesquisar sobre jornalismo literário. Ela conta que, durante o processo seletivo para bolsa de iniciação científica

em 2014, ela é responsável por fazer os slides e o banner do trabalho. A pesquisa acadêmica se tornou, então, uma atividade não só de ajuda mútua, mas também geradora de discussões. “Esse diálogo entre nós vai evoluindo, e isso acaba resultando na melhora da pesquisa também”, avalia Julio.

Quem vê **Wendell da Rosa**, estudante do Bacharelado em Música, andando pelo Centro Histórico da capital e pegando trem em Esteio com seu contrabaixo acústico, já consegue imaginar a dedicação que ele tem à música. A paixão pelo instrumento começou aos 14 anos, quando assistia quietinho às aulas de guitarra que seu pai lecionava. “Um dia, meu pai deu um exercício, e todo mundo teve dificuldade para fazer. Então pensei: ‘talvez eu consiga. Vamos tentar!’”, narra o contrabaixista. Sem muita fé, ele conta que seu pai deixou que ele tentasse e, no final, acabou se surpreendendo. Desde aquele momento, Wendell passou a estudar em casa guitarra e contrabaixo elétrico, até que um dia decidiu ir a uma aula gratuita de música na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre. “Quando cheguei na sala, tinha um contrabaixo acústico. Falei para o professor que eu queria estudar aquele instrumento e desde então não parei mais.”

Tempo depois, ingressou em um projeto social de música para adolescentes em Esteio. Ali teve seu primeiro contato com a música de concerto, o que abriu caminho para que fizesse parte do conservatório da Orquestra Sinfônica de Porto

Alegre (OSPA) e da Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul.

A música, que já fazia parte de seu dia a dia, passou a ser também o seu futuro. Aos 18 anos, ingressou no Instituto de Artes da UFRGS. “Aprender a estudar música foi uma grande dificuldade quando entrei na Universidade”, relembra Wendell. E explica: “Eu só estudava contrabaixo, então,

após chegar em casa, Wendell exercita das 20 às 22h para não incomodar os vizinhos. Essas duas horas de estudo variam conforme o tempo disponível, mas não tem um dia em que o contrabaixista não pratique um pouco.

Sua paixão pela música cruzou o continente em janeiro após conquistar uma bolsa de estudos para a Universidade de



ISAÍAS MATTOS/ARQUIVO PESSOAL

não tinha uma demanda tão alta de outras áreas da música, nem mesmo do próprio instrumento”. Para isso, foi preciso otimizar as horas de estudo. Ele explica que o ideal seria estudar contrabaixo durante seis horas todos os dias, mas que, por cursar sete disciplinas, trabalhar como bolsista e participar de outros projetos, teve que aprender a ter foco para estudar em menos tempo. Diariamente,

Georgia, nos Estados Unidos, por meio do concurso realizado no 32.º Festival Internacional de Inverno da Universidade de Santa Maria. Ele conta que deseja um dia poder colaborar com projetos sociais de ensino de música, tocar em orquestras, fazer composições e nunca parar de estudar. “Música é um aprendizado muito complexo, que exige dedicação durante toda a vida”, salienta.

Patrick Veiga decidiu que queria cursar História quando estava na 7.ª série do ensino fundamental na Escola Municipal Liberato Salzano Vieira, zona norte da capital. A originalidade das propostas trazidas pelo professor daquele ano o impactou de tal forma que passou a dizer que, se um dia fosse docente, seria como ele. O ensino médio cursou à noite na mesma instituição – durante o dia trabalhava – e ingressou na Licenciatura em História logo na sequência, em 2015.

Na entrada, sofreu um impacto tão grande que, após o primeiro semestre, decidiu trancar a matrícula por um ano. Um dos motivos para isso foi o fato de não ter conseguido acompanhar as disciplinas. “Não é a mesma coisa que o estudo na escola. A cobrança na universidade é muito diferente”, comenta.

A princípio, achou que o curso não era exatamente o que esperava: trancou, mas logo retomou. Em seguida, começou a atuar numa bolsa de extensão no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-reitoria de Extensão: realiza discussões sobre ações afirmativas em escolas. Isso proporcionou uma vivência maior dentro da Universidade e fez com que decidisse seguir na História. “Inclusive, o meu rendimento aumentou muito. Foi o semestre em que mais fiz

disciplinas e fui aprovado em todas com conceito máximo. Depois do impacto inicial, a gente atinge certa maturidade intelectual e o curso flui melhor”, observa.

Após os percalços da largada, Patrick passou a desenvolver intuitivamente uma autodisciplina para adequar o curso à sua rotina. Hoje no 6.º semestre, faz estágio pela manhã, participa de projeto de extensão à tarde e cursa a graduação à noite. Para acom-

depois”, explica.

Atualmente, adota um método de estudo com duas estratégias: tem sempre uma folha em branco para fazer esquemas e anotações; depois, elabora uma resenha – método que aprendeu com um professor da graduação – em que constam as principais obras do autor, a tese e ao menos três argumentos em ordem de importância, além de trechos do texto em que apareça a defesa dos argumentos.



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

panhar a carga de leitura do curso de História (por volta de 100 páginas por aula), usa três tardes da semana, além de sábados e domingos, para estudar. Além disso, passou a consultar os programas das disciplinas do período seguinte para adiantar leituras durante as férias. “Geralmente, entro no semestre com pelo menos um mês de leituras adiantado, porque sei que vou atrasar

Gosta de estudar na Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas se precisa de um lugar mais reservado para fazer a leitura individual. Quando está em grupo, prefere a biblioteca do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados. “O pessoal vai para lá, discute os textos e identifica pontos que não percebeu como relevantes em sua leitura. É um espaço bom de discussão.”

Quando **Mariana Gemelli** iniciou o primeiro semestre na universidade, se viu diante de um desafio bastante comum para quem saiu há pouco do ensino médio: levou um tempo para conseguir entender como tudo funciona no cotidiano da faculdade, especialmente do curso. O primeiro semestre foi, para a então ingressante em Enfermagem em 2016 e que tinha à época 17 anos de idade, muito mais do que uma iniciação às matérias e à vida acadêmica, foi uma introdução à vida adulta. Estava acostumada com a rotina pontual do colégio, com aulas todos os dias pela manhã, carona dos pais para ir e voltar para casa, onde passava as tardes livres. Mariana diz ter levado um tempo para conseguir se adaptar aos horários irregulares e às idas e vindas de um câmpus a outro. “Eu passei por vários momentos em que pensava: ‘será que eu quero mesmo estar aqui?’”, relembra.

A estudante de Enfermagem teve de aprender não só a se tornar mais independente, como também a estudar. Ela conta que sempre teve muita facilidade na escola. Prestar atenção nas aulas e dar uma revisada um dia

antes das provas astavam. “Essa transição demorou um pouco. Tropecei em algumas provas até perceber que eu tinha que fazer mais do que só assistir às aulas e olhar os slides.” Pedir ao professor



FLAVIO DUTRA/JU

a bibliografia utilizada, ir atrás de livros e artigos na biblioteca e sentar para estudar foram hábitos que foi adquirindo com o decorrer dos longos primeiros meses. “Eu percebi o quão importante era estudar para valer, porque vou precisar disso no futuro. Isso vai fazer diferença para mim e para os meus pacientes”, avalia. Os intervalos entre uma aula e outra, os deslocamentos de ônibus e algumas horas que sobram quando chega em casa são os momentos em que a futura enfermeira estu-

da. Antes disso, ela diz que, para não perder tempo, organiza na agenda as disciplinas para as quais irá estudar e os livros que vai ler. Por ter uma memória mais visual, procura assistir a vídeos,

olhar imagens, fazer resumos coloridos e sublinhar os textos com marcador.

Hoje Mariana é bolsista no Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA) no Hospital de Clínicas. Ela teve de aprender a se organizar, ainda mais para conseguir aliar trabalho e estudo sem deixar de dormir. “Trabalhar com mestrandos e doutorandos me ajudou muito com os estudos. Eu olho para eles e penso: ‘eu quero isso para mim’. Então, para chegar lá, tenho que construir agora”, projeta.

Lucas Etcheverria ingressou em 2013 em Engenharia Elétrica com apenas 17 anos. Alcançou o seu objetivo de se formar em cinco anos. Foi necessário, contudo, organização e apoio dos amigos e familiares para que os problemas emocionais e os momentos de lazer não interferissem na aprendizagem. “Todo mundo se assusta na primeira prova. Aprendi que precisava me planejar”, relata. O curso pode ser dividido entre teoria, nos primeiros semestres, e prática, nos últimos. Listas de exercícios e livros didáticos com várias páginas caracterizam as disciplinas iniciais, assim como idas à biblioteca da Engenharia. Como as atividades de avaliação são individuais nesse período, Lucas estudava normalmente sozinho em seu quarto. Precisava arrumar a bagunça porque se desconcentra com objetos fora do lugar. “Era necessário ser bem mecânico no começo. São várias listas de cálculo para fixar na cabeça. Tinha de sentar, me concentrar, deixar o celular desligado e ajeitar os materiais na mesa em que estudo. Fiz sempre resumos porque são várias fórmulas para lembrar”, comenta.

Para aguentar o ritmo puxado, Lucas diz ser essencial fazer uma pausa. Intercala os estudos com o piano e com vídeos no Youtube, mas ressalta

que é importante controlar o tempo dessas atividades para não dispersar e desistir de aprender. Os estudantes de Engenharia Elétrica compartilham on-line resumos, exercícios resolvidos e provas de outros anos, algo que ajuda muito no desempenho. “É importante conhecer as pessoas e ter contatos, principalmente quando as atividades começam a ser em grupo. Consegui estágio em uma empresa porque fui indicado por um colega com quem fiz um trabalho”, exemplifica. Por semestre, fez em média



FLAVIO DUTRA/JU

de 30 a 34 créditos e se organizou melhor conciliando os estudos com o emprego, pois antes achava que tinha muito tempo livre e deixava para estudar na última hora. “Foi uma obrigação ter horário definido. Fiquei preocupado desde quando comecei a trabalhar, no 5.º semestre. O

principal é saber se tu preferes lidar com pouca carga ou se tu precisas ter muita coisa para fazer. No meu caso, me atrasava quando eram menos responsabilidades.”

Segundo Lucas, a quantidade de conteúdo e a forma como alguns professores conduzem a disciplina são problemas. “Falta didática; não são dadas as ferramentas necessárias para a gente. É basicamente um teste para ver quem se vira sozinho.” Ele considera que a UFRGS exige dedicação e, principalmente, que o aluno não desista. Isso

foi uma mudança na transição do colégio para a faculdade, já que a cobrança aumentou. “Surgiu, na graduação, uma necessidade de estudar diferente da que acontecia no ensino médio, quando dava para ser aprovado sem precisar preparação para as provas”, conclui.

Jessica Kaigang, indígena e estudante do décimo semestre do curso de Odontologia, tem a sensação de que vive em um tempo diferente do dos alunos não índios. Vinda de uma realidade familiar singular e tendo estudado sempre em escolas públicas na periferia de São Paulo, onde morava, ela precisou buscar formas de se adaptar ao ambiente universitário, no qual ingressou quando contava 18 anos. “Tive algumas dificuldades iniciais, como ficar longe de casa, superar a timidez para me relacionar com os outros, enfrentar o individualismo por parte de algumas pessoas. Aos poucos fui me adaptando, mas sem me deixar moldar, sem perder a minha essência”, argumenta.

No curso, o primeiro choque de Jessica foram as dificuldades que teve com os conteúdos, o que provocou situações de repetência nos três primeiros semestres. “Percebi que a forma como eu estudava não estava certa, pois só lendo eu não conseguia fixar o conhecimento, então comecei a fazer resumos e retomar minhas anotações, sempre me preparando com antecedência para as provas”, salienta. Contudo, o que foi decisivo para que ela encontrasse o rumo

no curso foi a ajuda de Luísa Lapenta da Cunha – colega do mesmo semestre –, que se tornou sua monitora e passou a acompanhá-la, dando o suporte necessário para que tivesse um bom aproveitamento nas disciplinas. Hoje, o que as mantém unidas é o laço de amizade que desenvolveram, já que o direito a monitoria concedido aos estudantes



GUSTAVO DIEHL/SECON

indígenas se extingue quando completam 60% do curso.

Para se dedicar às leituras, Jéssica costuma se acomodar pelos corredores do prédio da Faculdade de Odontologia ou no diretório acadêmico. Quando está na casa do estudante, local em que reside, prefere utilizar a sala de informática reservada aos estudantes indígenas. No caso dos procedimentos práticos, a es-

tudante diz que sempre revisa o conteúdo teórico antes dos atendimentos, além de buscar a orientação dos professores.

Afora o desafio referente aos estudos, que conseguiu equacionar com o tempo, outra barreira que Jessica encontrou foi o alto custo imposto pela compra de materiais. No início, não sabia se iria conseguir cursar as disciplinas

que contavam com grandes listas de insumos. Para isso, foi essencial o auxílio da bolsa permanência a que têm direito os indígenas. Um complemento à renda veio também com a participação em uma bolsa de extensão no projeto *Ação integradora da universidade em educação e saúde*, iniciativa interdisciplinar que promove mutirões de saúde em uma comunidade de Viamão.

João Henrique Jung acredita que uma de suas maiores dificuldades foi conseguir encontrar um método de estudo que o ajudasse não só a tirar boas notas, mas a fixar o conteúdo estudado. Por muito tempo, essa foi uma questão que incomodou o estudante de Ciências Sociais da UFRGS e bacharel em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Para atingir eficiência nos estudos nas duas faculdades que cursava consecutivamente precisou de muita organização e foco. João chama seu método de “estudo de dupla filtragem”.

“Eu começo fazendo um fichamento. Então, enquanto eu vou lendo, vou escrevendo as ideias em forma de tópicos no caderno. Depois, pego essas ideias e começo a ligá-las num quadro branco que eu tenho no meu quarto. Por último, como a minha letra é muito feia, digito no computador o que está no caderno”, descreve. Por mais que esteja fazendo duas vezes o mesmo processo, ele garante que essa é uma forma de reforçar a matéria. Tudo isso é feito enquanto escuta música clássica ou instrumental em seus fones de ouvido – um jeito que encontrou para manter a

atenção focada.

Estudar nem sempre foi um hábito para João. “Eu era um aluno horrível no colégio!”, lembra entre risadas. E confessa: “Desde



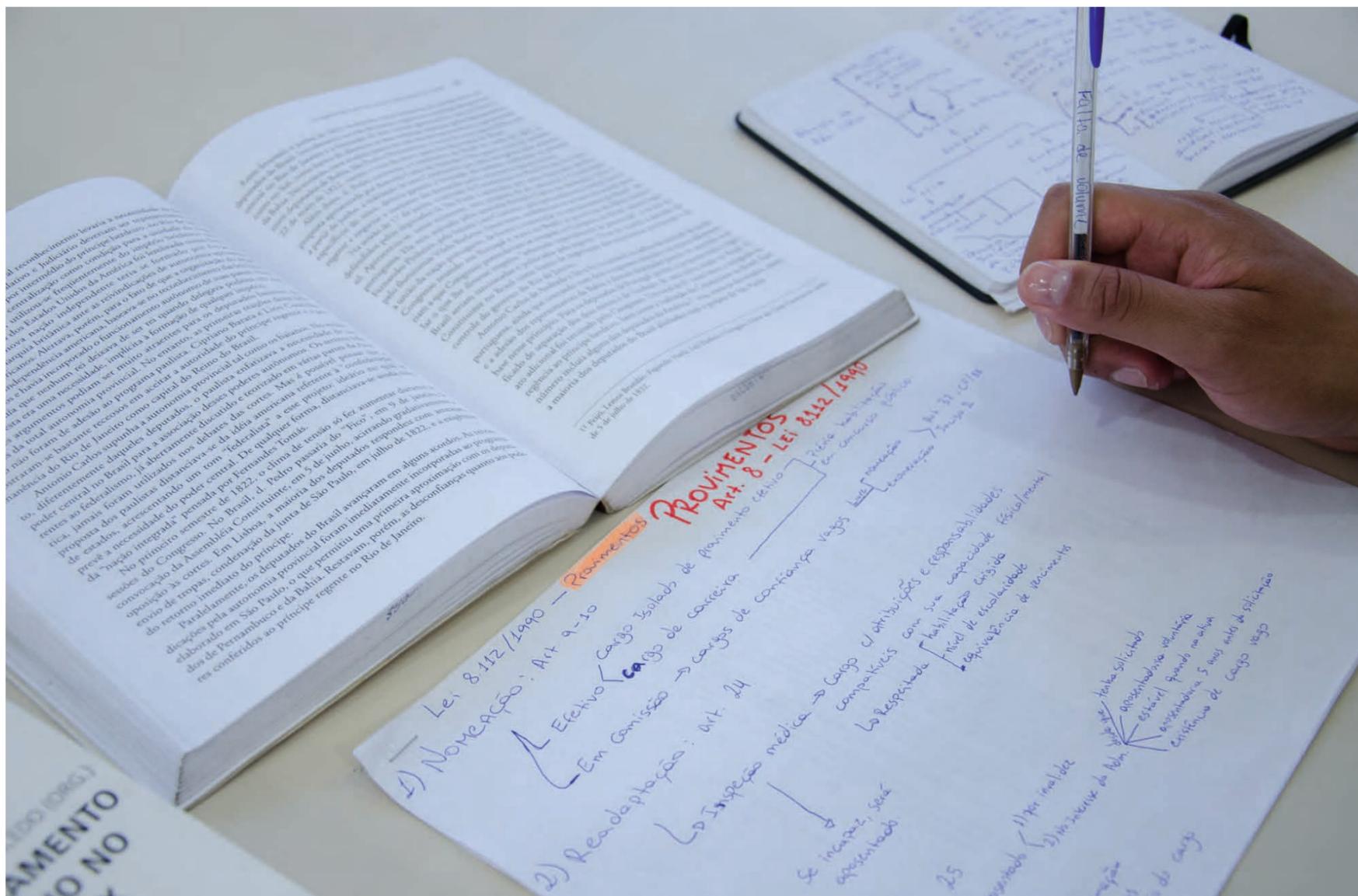
FLAVIO DUTRA/JU

a quinta série pegava essa leitura associada ao seu recuperação”. Ele conta que não gostava de estudar o que era passado pelos professores; queria somente ler o que lhe interessava. Ficar circulando pelas estantes da biblioteca em busca de algo que lhe chamasse a atenção sempre foi um hábito do estudante, que diz ser um leitor apaixonado. O costume de retirar livros fez com que nunca gostasse de tirar cópia dos textos, o que é um hábito muito comum entre os universitários. “Eu pego o livro, vejo o sumário, como são as folhas, se a letra é grande, e faço um cálculo de quantas páginas por dia vou ler. Geralmente é uma média

entre 30 a 50, dependendo do livro. Então, todos os dias, pelo menos isso eu leio”, conta. De domingo a domingo, João separa pelo menos três horas para fazer

Atualmente, além de cursar Ciências Sociais, João se prepara para ingressar no mestrado, faz pesquisa para o Instituto Sul-americano de Política e Estratégia (ISAPE) e ainda estuda para concursos, como o de admissão à carreira diplomática. A estratégia dele para conseguir dar conta de tudo isso é tentar correlacionar ao máximo os conteúdos. “A grande questão é se organizar”, ressalta.

Para além da memorização



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

Em 1970, o professor norte-americano Malcolm Knowles criou a Andragogia, a arte de direcionar adultos para a aprendizagem. Esse modelo se baseia na experiência do aluno e em sua motivação, já que, para despertar o interesse desse público, é necessário algo mais prático e que contribua para a vida pessoal ou profissional. Não existe apenas uma estratégia para aprender. Na UFRGS, as disciplinas de metodologia do ensino abrangem essa pluralidade. Nelas, estudantes de graduação em licenciaturas se preparam para ser educadores.

Nelton Dresch orienta o estágio docente nos cursos de Química, Ciências Naturais e Educação do Campo da UFRGS. Para ele, há uma diversidade de conhecimentos cujo aprender não se resume a decorar e memorizar textos: é preciso trazer os conceitos para a dimensão vivencial. “O ensino já legitimado, em que basta se ler, deve ser contestado. Há uma gama de opções que variam de acordo com o assunto e a turma”, elucida. Assim, quando explica sobre alimentação aos alunos de Ciências da Natureza, opta por deixar os livros teóricos de lado. Em vez disso, pede para que façam um bolo: “Trago vários ingredientes e peço que preparem. A parte mais fácil é cozinhar, porque é algo empírico. Não se preocupam em limpar utensílios, com o prazo de validade, se há transgênicos ou qual farinha escolhem”. Desse modo, cada aluno segue a receita conforme suas experiências, aprendendo do seu jeito. Nelton propõe que reflitam

sobre o próprio ambiente: é apenas uma cozinha ou um espaço educativo?”

Diversificação – “Na escola ou na faculdade, as pessoas podem ter outra bagagem cultural e, assim, o que estamos ensinando pode não servir. Tu vais impor aquilo que queres que seja aprendido ou vais sugerir de um modo que realmente funcione? O conhecimento se adquire quando usamos a teoria em outras dimensões”, assegura. Buscar outras áreas de interesse na graduação, sem se restringir ao que o curso oferece, é recomendado por ele, que entende o conhecimento como algo múltiplo. A professora do Departamento de Ensino e Currículo (área de Ensino de História) da Faculdade de Educação da UFRGS Caroline Pacievitch acredita que a ideia tecnicista de ensinar não pode mais ser visada, já que os estudantes têm vivências diferentes e toda aula é uma produção de aprendizagem em conjunto com o professor: “É muito mais baseado numa concepção de práxis e de capacidade de tato pedagógico. Compreendemos o que os alunos estão pensando e tomamos decisões a partir daí. O planejamento é uma criação intelectual, que expressa o raciocínio desses jovens e os objetivos que serão desenvolvidos, pois é uma construção dessa relação”.

Por conseguinte, o docente é responsável, para ela, por conhecer os estudantes e profissionalizar a escuta. Elaborar um plano de ensino somente será possível por meio da conversação, criando-se instrumentos capazes de entender que tipo

de informação é almejada. “Só consigo fazer o meu trabalho de explicar textos e fazer correlações se estiver disposta a ouvir. Nesse sentido, não vejo diferença de função entre o professor de graduação e o de ensino básico. O que faz me sentir educadora é esse princípio de manter o diálogo”, explica.

Modo singular – Nenhum método educacional garante bons resultados. Cada aluno forma o seu conhecimento de um modo singular. A psicopedagoga Luciana Corso analisa essa característica como um dos desafios a serem enfrentados. Atividades que estimulem, normalmente, devem ser contextualizadas e requerem a participação ativa. “No ensino superior, não se pode ser passivo. Alguns encontram essa dificuldade e se mostram presos à repetição de informações. O grande desafio do professor é ajudar a desenvolver uma postura crítica e criativa”, argumenta. Luciana divide as dificuldades em dois tipos: as de aprendizagem e as de transtorno. As de aprendizagem podem estar ligadas à falta de motivação e à inadequação metodológica. Os transtornos são mais complexos, associados a aspectos neurobiológicos do indivíduo, como o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) e a dislexia. Para ela, a dispersão tem múltiplas causas: “É uma junção de fatores sociais, psicológicos, pedagógicos e familiares, que podem ser facilitadores ou inibidores. O tipo de acompanhamento realizado pelo psicopedagogo está diretamente relacio-

nado às necessidades do aluno”.

Apoio – Com o objetivo de auxiliar os estudantes da UFRGS, o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) atende individualmente ou em grupo. A inscrição é realizada pelo site do núcleo por meio de agendamento da primeira entrevista, quando especialistas buscam entender as questões do aluno e a razão de ter procurado o serviço. “Definimos, então, se recebemos aqui ou se encaminhamos internamente. Caso a pessoa tenha depressão, por exemplo, é preferível o acompanhamento individual”, explica a pedagoga do setor, Alessandra Blando. Ocorrem, em média, de seis a oito encontros na modalidade individual. Em grupo, as oficinas têm até 20 pessoas e nelas se discutem temas como gestão de tempo e apresentação de trabalhos acadêmicos. Os grupos destinam-se apenas à graduação e podem ser de orientação profissional, de planejamento de carreira – ambos com apenas um encontro – e, ainda, o grupo eficiente, que trabalha questões de aprendizagem e requer três encontros. Alessandra também ressalta que não há somente uma estratégia: “Não existe receita de bolo. Geralmente o problema é em administrar o tempo. O ambiente também influencia. Alguns gostam de pausa, outros não. Definir as prioridades, avaliar os horários mais produtivos, planejar uma agenda realista e reservar espaços para descanso são essenciais. O estudante precisa pensar acerca de todo esse processo e controlar a própria ansiedade”, adverte.